



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 1 de 85)

EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO: 1954/2025-SRP TIPO: MENOR PREÇO UASG:456793 91954/2025 Compras.gov	Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas: Até 08 h 30 min do dia 25/06/2026 Início da sessão / disputa de lances: 09 h 00 min do dia 25/06/2026 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços, por um período de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição de Ventilador Pulmonar

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 44.877.357,28 (Quarenta e quatro milhões, oitocentos e setenta e sete mil, trezentos e cinquenta e sete reais e vinte e oito centavos)**

3 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações **compras.gov**. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o **<https://www.gov.br/compras/pt-br>**.

O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas **<https://pncp.gov.br>**, **www.comprasparana.pr.gov.br**.

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) **Iliane da Aparecida Ribeiro** e equipe de apoio **Ana Lucia do Rocio Giovanella e Deise Gebhard**, designadas pela Resolução/Portaria n.º **524/2026**, servidores(as) do(a) CPL/SESA.

E-mail: **iaribeiro@sesa.pr.gov.br**

Telefones: (41) 3360-6743

Endereço: **Avenida Prefeito Lothario Meissner, 350 – CEP 80.210-170, Curitiba / Paraná**

O atendimento será feito no horário das 08h30min às 12 h e das 13h30min às 18 h.

4 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

4.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico **<https://www.administracao.pr.gov.br/compras>** pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo n° **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico n° **1954/2025**

– EDITAL (página 2 de 85)

4.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

4.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

5 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

5.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

5.2 É vedada a participação do órgão ou entidade em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade da ata decorrente da presente licitação, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.

5.3 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 3 de 85)

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1 Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o **valor unitário**, fixado no Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital.

2.1.1 Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), nesta fase, serão desclassificados.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MENOR PREÇO**.

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), serão desclassificadas.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 PROPOSTA PARCIAL:

4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5 VIGÊNCIA:

5.1 O contrato terá vigência pelo prazo de **6 (seis) meses**.

6 AMOSTRA:

Será exigida do arrematante amostra do(s) objeto(s) licitado(s), na forma do item 1.5 do Termo de Referência (Anexo I).

7 CONSÓRCIO:

7.1 Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

8 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Órgãos/Entidades Participantes e Locais de Entrega;
- Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo VIII – Minuta de Contrato
- Anexo IX – Declaração LGPD.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo n.º **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico n.º **1954/2025**

– EDITAL (página 4 de 85)

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Governo Federal, na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>, conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou, ainda, por meio dos telefones **0800.978.9001** para Capitais e Regiões Metropolitanas e **0800.978.9001** para demais localidades (suporte técnico).

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br> implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - Das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram penalizadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 5 de 85)

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas neste edital;

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas observados o prazo e os critérios de disputa estabelecidos neste edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item;

4.1.2 Marca;

4.1.3 Fabricante;

4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.6 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo n° 24.320.008-3

Pregão Eletrônico n° 1954/2025

– EDITAL (página 6 de 85)

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **10,00 (dez reais)**.

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos**, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente. **5.13** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta

5.20 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 7 de 85)

5.22 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.23 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.23.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.24 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s) ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.5 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

6.5.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.5.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.6.3. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.6.3.1 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.6.3.2 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

6.6.3.2.1 **Lotes 1 e 2 (O interessado deverá entregar 01 (uma) amostra, equipamento completo com todos acessórios definidos no Termo de Referência).**

6.6.3.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 8 de 85)

6.6.3.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.6.3.5 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

6.6.3.6 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de **90 (noventa)** dias, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.6.3.7 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto, até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no **Sistema de Fornecedores da União (SICAF)** ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo n.º 24.320.008-3

Pregão Eletrônico n.º 1954/2025

– EDITAL (página 9 de 85)

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 10 de 85)

11 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, o(a) **CGOV/SESA** convocará o(s) adjudicatário(s) para assinar a Ata de Registro de Preços, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado), no prazo de **3 (três) dias úteis**, prorrogável uma vez, pelo mesmo prazo, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

11.1.1 O não atendimento à convocação, a recusa ou o silêncio do adjudicatário convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, implicará desclassificação do certame, sem prejuízo das sanções previstas em lei e no item 13 deste Edital.

11.2 Será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, observadas as condições previstas neste Edital, e o disposto no §4º do Art. 298, nos incisos II, IV e V do art. 305, no inciso III do art. 306, e no art. 311, todos do Decreto n.º 10.086, de 2022.

11.2.1 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do § 5.º do Art. 298 do Decreto n.º 10.086/2022, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.3 O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

11.4 Os licitantes reconhecem, desde já, que a assinatura da Ata de Registro de Preços, do(s) Contrato(s), ou retirada(s) da(s) nota(s) de empenho emitidas (ou documento equivalente), representam compromisso entre as partes, submetendo-as ao cumprimento do objeto licitado, nos prazos e condições constantes neste Edital e na legislação vigente.

11.5 No interesse da Administração, e em conformidade com o art. 314 do Decreto nº 10.086, de 2022, será possível a adesão à Ata de Registro de Preços, **conforme previsto no Anexo VII deste Edital**.

11.6 Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o vencedor do certame deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no **Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR**, e apresentar comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo adjudicatário durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato.

11.7 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

11.7.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata depende de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

11.7.2 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice **IPCA/IBGE**, tendo por termo inicial a **data do orçamento estimado 17/04/2026** e desde que decorrido **1 (um) ano** desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

11.7.2.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado. Vencido este prazo, o reajuste terá como termo inicial a data da sua solicitação.

11.7.2.2 O transcurso do período citado no item **11.7.2** sem o requerimento do fornecedor **implica na concessão do reajuste apurada por procedimento próprio**.

12. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

12.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

12.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 11 de 85)

comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

12.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

12.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

12.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 12.2 e 12.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

12.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

12.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 12.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

12.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

12.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

13 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

13.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

13.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo n° 24.320.008-3

Pregão Eletrônico n° 1954/2025

– EDITAL (página 12 de 85)

13.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

13.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

13.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

13.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

14.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

14.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

14.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

14.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

14.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

14.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

14.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

14.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

14.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 11 de junho de 2026.

Dr. Cesar Augusto Neves Luiz

Secretaria de Estado da Saúde do Paraná



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 13 de 85)

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição de Ventilador Pulmonar, conforme especificações da planilha abaixo:

LOTE 1 – AMPLA CONCORRÊNCIA

Lote 1	Descrição do objeto	Exigências complementares do item	Quantidade	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	Valor total máximo
ITEM 1	Ventilador Pulmonar de Alta Performance CÓDIGO GMS 6515.108010 CATMAT 427770	UNIDADE	112	R\$ 221.427,19	R\$ 24.799.845,28

LOTE 2 – AMPLA CONCORRÊNCIA

Lote 2	Descrição do objeto	Exigências complementares do item	Quantidade	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS)	Valor total máximo
ITEM 1	Ventilador Pulmonar CÓDIGO GMS 6515.108015 CATMAT 427770	UNIDADE	112	R\$ 179.263,50	R\$ 20.077.512,00

O valor total do processo é de **R\$ 44.877.357,28 (Quarenta e quatro milhões, oitocentos e setenta e sete mil, trezentos e cinquenta e sete reais e vinte e oito centavos)**.



1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

LOTE 01: Ventilador Pulmonar de Alta Performance

A CONTRATADA deverá atender todos os requisitos para o fornecimento do objeto, como: hardwares, softwares, características gerais, funções, parâmetros e demais itens e especificações técnicas deste Termo de Referência

1. FINALIDADE DO EQUIPAMENTO E APLICAÇÃO

1.1 Ventilador pulmonar microprocessado, de alta performance, destinado ao suporte ventilatório avançado de pacientes adultos (inclusive com obesidade mórbida) e pediátricos em leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) do Complexo Hospitalar do Trabalhador. O equipamento deverá ser capaz de fornecer ventilação mecânica segura, precisa e adaptável às necessidades clínicas dos pacientes críticos, com modalidades ventilatórias convencionais e avançadas, suporte a desmame, estratégias de proteção pulmonar e interface de monitoramento completa. Sua aplicação abrange o uso contínuo em pacientes em estado grave, inclusive em suporte ventilatório prolongado e em condições clínicas de alta complexidade, com potencial risco de vida, bem como para transporte intra-hospitalar, assegurando estabilidade e segurança durante deslocamentos para exames ou procedimentos.

1.2 VENTILAÇÃO MECÂNICA PARA PACIENTES:

1.2.1 Adultos (até obesidade mórbida);

1.2.2 E pediátricos.

1.3 UTILIZAÇÃO EM:

1.3.1 Unidade de Terapia Intensiva (UTI);

1.3.2 Transporte intra-hospitalar para exames;

2. CARACTERÍSTICAS GERAIS, HARDWARE, SOFTWARE

2.1 Controlado por microprocessador;

2.2 Carro de transporte:

2.2.1 Rodízios giratórios, sendo 02 com travas;

2.3 Ajustes diferenciados, selecionáveis pelo operador, por intermédio de “setup” ou botão específico para parâmetros de pacientes, pediátricos e adultos.

2.4 SENSOR DE FLUXO:

2.4.1 Autoclavável, comprovado reutilizável no mínimo 30 vezes / ciclos.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 15 de 85)

- 2.5** Sensor / célula de oxigênio paramagnética ou eletrônica ou ultrassônico (não será aceito galvânica ou similar);
- 2.6** Correção do volume corrente através do BTPS ou ATPS (ou similar) BTPS ou ATPS (ou similar);
- 2.7** SISTEMA DE AUTO TESTE AO LIGAR O EQUIPAMENTO COM:
- 2.7.1** Calibrações automáticas ou semiautomáticas;
 - 2.7.2** Detecção de falhas e erros de funcionamento;
- 2.8** UMIDIFICADOR AQUECIDO COM PELO MENOS UMA DAS OPÇÕES ABAIXO:
- 2.8.1** 03 ajustes distintos para temperatura e/ou umidade;
 - 2.8.2** Servo controlado com indicação de temperatura.
- 2.9** Sistema de Interface para Monitor multiparamétrico;
- 2.10** SISTEMA DE AJUSTE PARA MISTURA DE CONCENTRAÇÃO ENTRE AR E O₂ (“BLENDER”):
- 2.10.1** Interno;
 - 2.10.2** Eletrônico;
 - 2.10.3** Concentração de 21 a 100%;
 - 2.10.4** Com incrementos de 1 %.
- 2.11** SISTEMA DE NEBULIZAÇÃO INTEGRADO OU ACOPLÁVEL:
- 2.11.1** Nebulização integrado ou acoplável ao próprio equipamento, permitindo a administração de medicamentos inaláveis por via inalatória durante a ventilação mecânica, sem necessidade de desconectar o paciente do circuito;
 - 2.11.2** Compatível com nebulização intermitente ou contínua, conforme ajuste pelo operador;
 - 2.11.3** Ativação controlada pelo painel do ventilador ou sistema automatizado, sem interrupção da ventilação;
 - 2.11.4** Capacidade de funcionamento sincronizado com o ciclo inspiratório, para otimização da deposição pulmonar;
 - 2.11.5** Compatibilidade com circuitos de ventilação mecânica invasiva e não invasiva, além de uso com máscara ou bocal em pacientes espontaneamente respirando;
 - 2.11.6** Indicação do volume mínimo residual de medicamento;
 - 2.11.7** Baixa interferência na mecânica do circuito ventilatório;
 - 2.11.8** Capacidade de funcionamento com pressão de oxigênio hospitalar (pneumático) e/ou piezoelétrico (elétrico), conforme o modelo ofertado;
 - 2.11.9** Capacidade de operação contínua por no mínimo 60 minutos sem superaquecimento;
 - 2.11.10** Componentes de contato com o paciente devem ser livres de látex, autoclaváveis ou descartáveis;



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 16 de 85)

2.11.11 Deve permitir fácil montagem, desmontagem e higienização;

2.11.12 Acessórios mínimos:

2.11.12.1 Copo de nebulização com capacidade de pelo menos 6 ml;

2.11.12.2 Adaptadores para circuitos de ventilação;

2.11.12.3 Compatível com Máscara facial adulto e pediátrica utilizadas no Hospital;

2.11.12.4 Entre outros acessórios para perfeito funcionamento do Nebulizador.

2.11.13 Compatível com circuitos adulto e pediátrico.

2.12 Sistema de memória para registros dos últimos 80 eventos/alarmes com data e hora, sem possibilidade de alteração dos dados pelo operador (“caixa preta”);

2.13 Controles e ajustes com sistema de proteção contra mudança acidental de parâmetro;

2.14 Sistema diferenciado de alarmes, dependendo da prioridade/risco;

2.15 Ajuste de volume do áudio do alarme que impossibilite ajuste inaudível e/ou inabilitação.

2.16 SILENCIADOR TEMPORÁRIO DE ALARME

2.16.1 Indicação visual de alarme silenciado;

2.16.2 Rearme automático em tempo igual ou inferior a 02 minutos.

2.17 SISTEMA DE SEGURANÇA DE MONITORAMENTO

Dispor de sistema de segurança de monitoramento embarcado, por meio de uma das alternativas abaixo:

2.17.1 Sistema de microprocessamento próprio e independente, dedicado ao monitoramento dos parâmetros do paciente, operando separadamente do sistema de controle principal, garantindo a continuidade do monitoramento em caso de falha do sistema principal; OU

2.17.2 Sistema de supervisão com processador auxiliar, com funcionalidade de reinicialização automática do sistema de controle (watchdog), assegurando a retomada rápida e segura da operação em caso de mau funcionamento do sistema principal.

2.18 Sistema de autodiagnóstico integrado, capaz de identificar automaticamente falhas e/ou erros de funcionamento, com apresentação clara de códigos de erro e mensagens de alerta no monitor, a fim de facilitar a manutenção corretiva e minimizar o tempo de inatividade.

2.19 Conectividade com rede hospitalar via protocolo HL7 ou Gateway Ethernet com suporte à integração com prontuário eletrônico;

3. SISTEMA DE ACIONAMENTO PNEUMÁTICO:

3.1.1 Operação em rede de gases de:

3.1.1.1 O₂;

3.1.1.2 Ar comprimido (quando aplicável):

3.1.1.3 Funcionamento a partir de 2,9 Kgf/cm² ou 284 Kpa ou 2,84 bar (ou pressão inferior).



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 17 de 85)

3.1.2 Operação em cilindro de:

3.1.2.1 O₂;

3.1.2.2 Ar comprimido (quando aplicável);

4. CONTROLES AJUSTÁVEIS PELO OPERADOR E MEDIDOS PELO EQUIPAMENTO

4.1 Volume corrente de 50 a 2.000 ml;

4.2 Fluxo inspiratório ajustável e/ou medido de 06 a 120 litros por minuto;

4.3 Pressão inspiratória de 05 a 60 cm de H₂O (incluindo PEEP);

4.4 Tempo inspiratório de 0,2 a 05 segundos;

4.5 Tempo de detecção de apneia;

4.6 Pressão de suporte de 0 a 60 cm de H₂O (incluindo PEEP/CPAP);

4.7 Frequência ventilatória de 01 a 80 respirações por minuto (manual ou automático);

4.8 Relação I:E visualizada de 1:1 – 1:9;

4.9 PEEP ajustável de 02 a 50 cm de H₂O;

4.10 Disparo de fluxo e/ou pressão ("trigger");

4.11 Rampa de ajuste de fluxo e/ou pressão;

4.12 PAUSA INSPIRATÓRIA POR UMA DAS OPÇÕES ABAIXO:

4.12.1 Manual por intermédio de acionamento em botão e/ou programável;

4.12.2 Ajustável de 0 a 1,5 segundos e/ou de 0 a 30% do tempo inspiratório com pulmão insuflado, permitindo procedimentos radiográficos de tórax.

4.13 FUNÇÃO DE ESPERA (standby) OU MEMÓRIA DE CONFIGURAÇÃO

O equipamento deverá dispor de, pelo menos, uma das seguintes funcionalidades:

4.13.1 Função de espera ("standby"), que permita a desconexão intencional e segura do paciente, interrompendo temporariamente a ventilação sem perda das configurações previamente ajustadas;

OU

4.13.2 Função de memória de configuração, que possibilite desligar o equipamento e religá-lo mantendo a última programação registrada, incluindo os parâmetros ventilatórios utilizados no atendimento do último paciente.

5. ALARMES AUDIOVISUAIS

5.1 Falha do suprimento de gases;

5.2 Falha de alimentação elétrica;



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 18 de 85)

5.3 Baixo nível de carga de bateria;

5.4 Falha de funcionamento, erro técnico ou similar;

5.5 Pressão de vias aéreas:

5.5.1 Alta;

5.5.2 Baixa (ou similar).

5.6 Tempo de apneia;

5.7 Volume:

5.7.1 Corrente alto ou minuto alto;

5.7.2 Corrente baixo ou minuto baixo.

5.8 FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA:

5.8.1 Alta;

5.8.2 Baixa (direto ou indireto).

5.9 Baixo PEEP, ou perda de PEEP, ou pressão baixa de linha de base ou desconexão do tubo;

5.10 FIO2:

5.10.1 Alto;

5.10.2 Baixo.

5.11 Tubo bloqueado (direto ou indireto).

6. MONITORAÇÃO:

6.1 MONITOR:

6.1.1 Colorido;

6.1.2 Tamanho de 15 polegadas;

6.1.3 Rotação da tela, no mínimo axial da tela (não será aceito apenas inclinação ou movimento radial ou tela fixa);

6.1.4 Tela de LCD, TFT, LED ou OLED;

6.1.5 Sensível ao Toque (*Touchscreen*);

6.1.6 Tela com interface gráfica configurável por perfil clínico (Adulto/Pediátrico) com mínimo 6 modos de exibição;

6.1.7 Widescreen com resolução $\geq 1024 \times 768$.

6.2 APRESENTAÇÃO SIMULTÂNEA DE TRAÇADOS

6.2.1 O equipamento deverá permitir a visualização simultânea de, no mínimo, 3 (três) traçados gráficos em tempo real, exibidos de forma contínua e automática na tela, sem a necessidade



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 19 de 85)

de pressionamento de botões, teclas ou comandos para alternância entre os traçados;

- 6.2.2** Deverá ainda dispor de mecanismo de navegação, como setas direcionais, cursores, barras de rolagem ou recurso equivalente, que possibilite a exploração e análise das curvas gráficas ao longo do tempo.

6.3 TENDÊNCIA:

- 6.3.1** Gráfica;
- 6.3.2** Numérica;
- 6.3.3** Registro de histórico de tendências com armazenamento de pelo menos 72 horas de dados gráficos e numéricos.

6.4 CURVAS:

- 6.4.1** Volume;
- 6.4.2** Pressão;
- 6.4.3** Fluxo;

6.5 ALÇAS (“LOOP”):

- 6.5.1** Volume x fluxo;
- 6.5.2** Pressão x volume.

6.6 VALORES NUMÉRICOS:

- 6.6.1** Pressão das vias aéreas:
- 6.6.1.1 Pico;
 - 6.6.1.2 Platô;
 - 6.6.1.3 Média;
 - 6.6.1.4 PEEP/CPAP;
 - 6.6.1.5 PO.1;
- 6.6.2** Concentração inspiratória de O₂;
- 6.6.3** Relação I:E (direto);
- 6.6.4** Frequência respiratória total e/ou espontânea;
- 6.6.5** Volumes:
- 6.6.5.1 Corrente Inspirado e expirado;
 - 6.6.5.2 Minuto inspirado e expirado.
- 6.6.6** Fluxos:
- 6.6.6.1 Inspiratório máximo;



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 20 de 85)

6.6.6.2 Expiratório máximo / final (direto ou indireto, por congelamento de curva de fluxo e/ou disponível no registro de tendências).

6.6.7 Tempo Inspiratório e Expiratório (direto ou indireto);

6.6.8 Complacência estática e dinâmica;

6.6.9 Fugas (direto ou indireto);

6.6.10 Resistência do circuito respiratório (disponível: de maneira continua ou no autoteste ou no teste de fuga);

6.6.11 Constante de tempo (direto ou indireto);

6.6.12 PEEP intrínseco ("AutoPEEP");

6.6.13 Índice de Tobin: relação frequência/volume (direto);

6.6.14 Resistência das vias aéreas;

6.7 CAPNOGRAFIA (EtCO₂):

6.7.1 Tecnologia **Preferencialmente Sidestream**, podendo ser Mainstream caso seja a única tecnologia disponível. Todos os acessórios correspondentes, incluindo cabos, sensores e kits de calibração (no caso de Mainstream), deverão ser fornecidos;

6.7.2 Capnografia integrada ou por módulo compatível, para monitoramento contínuo do dióxido de carbono expirado (EtCO₂), com apresentação numérica e curva gráfica em tempo real;

6.7.3 O ventilador deve possuir módulo de capnografia para medição de EtCO₂ em tempo real, com faixa de leitura de 0 a 100 mmHg (equivalente a aproximadamente 0 a 13%), e tolerância máxima de $\pm(3,5 \text{ mmHg} + 10\% \text{ da leitura})$, ou melhor;

6.7.4 Alarmes configuráveis para limites inferior e superior de EtCO₂;

6.7.5 Indicação de falhas (linha de amostra):

6.7.5.1 Desconexão;

6.7.5.2 Oclusão.

6.7.6 Aplicável para pacientes adultos e pediátricos.

7. MODOS VENTILATÓRIOS:

7.1 Ventilação espontânea;

7.2 Ventilação de reserva ("backup") em todos os modos.

7.2.1 Assistidos; e

7.2.2 Espontâneos.

7.3 Ventilação com compensação de fugas;

7.4 VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA (NIV, VNI OU SIMILAR):

7.4.1 Totalmente espontânea;



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 21 de 85)

7.4.2 Com pressão de suporte.

- 7.5** VCV (IPPV, CMV ou similar): ventilação controlada a volume;
- 7.6** VCV Assistida: ventilação controlada a volume assistida;
- 7.7** PCV: ventilação controlada a pressão;
- 7.8** PCV Assistida: ventilação controlada a pressão assistida;
- 7.9** PSV: ventilação com pressão de suporte;
- 7.10** SIMV: ventilação mandatória intermitente sincronizada a volume;
- 7.11** SIMV combinada com pressão de suporte;
- 7.12** SIMV-P: ventilação mandatória intermitente sincronizada a pressão;
- 7.13** SIMV-P combinada com pressão de suporte;
- 7.14** BIPAP (BILEVEL, DUOPAP, BIPV, BIVENT ou similar): ventilação controlada por dois níveis de pressão com válvula expiratória ativa;
- 7.15** CPAP: pressão positiva contínua nas vias aéreas;
- 7.16** MMV (ASV, AVM, GMV, VS, BILEVEL-VG, VTPS, PCV-TCPL-VG, VC+VS ou similar): ventilação com volume minuto garantido (ou volume alvo corrente assegurado) ou ventilação por dois níveis de pressão contínua nas vias aéreas com entrega de volume garantido;
- 7.17** APRV (ou similar): ventilação com liberação de pressão nas vias aéreas;
- 7.18** PRVC (AUTOFLOW, TTPC, APV, VV+, PCV-VG ou similar): ventilação controlada a volume com pressão regulada;
- 7.19** “Flush de O2”: sistema temporizado de entrega com 100% de oxigênio (durante 120s), para realização de procedimentos de aspiração com inibição de alarmes e retorno automático para a concentração programada;
- 7.20** Compensação de tubo: endotraqueal e de traqueostomia;
- 7.21** MODALIDADES ESPECIAIS / ADAPTATIVA / INTELIGENTE DE VENTILAÇÃO

No mínimo, **5 (cinco)** das modalidades especiais de ventilação descritas abaixo, ou equivalentes comprovadamente similares, que permitam avançados recursos de suporte ventilatório, adaptação à mecânica respiratória do paciente e redução da assincronia:

- 7.21.1** PAV (Proportional Assist Ventilation) ou similar: modalidade que promover ajuste automaticamente a assistência ventilatória (em modos assistidos) de forma proporcional ao esforço respiratório do paciente, garantindo sincronia e adaptação contínua às necessidades ventilatórias ASV ou AVM (ou similar): ventilação de suporte adaptativo;
- 7.21.2** ASV (Adaptive Support Ventilation) ou AVM (Adaptive Ventilation Mode) ou similar: ventilação de suporte adaptativa, com ajuste automático dos parâmetros ventilatórios conforme a mecânica pulmonar do paciente;
- 7.21.3** SmartCare ou similar: sistema de ventilação baseado em protocolo clínico automatizado, deve incorporar algoritmos automatizados para:



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 22 de 85)

Ajustar parâmetros ventilatórios baseados em tendências fisiológicas;

Auxiliar no desmame através de avaliação contínua da aptidão do paciente para ventilação espontânea.

- 7.21.4** AutoFlow ou similar: recurso que permite a adaptação automática do fluxo inspiratório em modos controlados por volume, otimizando conforto e sincronização;
- 7.21.5** Ventilação com pressão de suporte automatizada, baseada na monitoração do volume corrente expirado, frequência respiratória ou atividade respiratória (drive inspiratório), que permita transição automática entre modos assistidos e espontâneos (ex: Automode, SmartStag);
- 7.21.6** Redução assistida de suporte de pressão - Modo que permite ajustar automaticamente o nível de suporte ventilatório com base em parâmetros fisiológicos, promovendo desmame progressivo com menor intervenção manual;
- 7.21.7** Algoritmos de ajuste automático de PEEP e FiO₂ - Modo(s) que utiliza(m) algoritmo(s) inteligente(s) para ajustar automaticamente os parâmetros PEEP e/ou FiO₂, de acordo com a condição clínica e resposta do paciente;
- 7.21.8** Ferramentas de análise e otimização da mecânica pulmonar - Disponibilidade de recursos como loops de pressão/volume, curvas dinâmicas, detecção de *driving pressure*, e testes estáticos, que permitam avaliar e ajustar a mecânica respiratória;
- 7.21.9** Recrutamento alveolar guiado ou assistido - Presença de ferramenta para recrutamento alveolar com etapas guiadas, automatizadas ou semi-automatizadas, que otimize parâmetros como complacência e oxigenação durante a manobra;
- 7.21.10** Ajuste automático de tempo inspiratório / pausa - Modo que permita o ajuste automático do tempo inspiratório (Ti) e/ou pausa inspiratória (Tpause), com base na mecânica pulmonar ou na interação paciente-ventilador, otimizando conforto, sincronização e eficiência ventilatória, sem necessidade de intervenção manual contínua;

7.22 Perfil de fluxo inspiratório desacelerado

O equipamento deverá operar com perfil de fluxo descendente, com pico no início da inspiração e redução progressiva ao longo do ciclo, nos modos controlados por volume.

Esse padrão favorece a sincronia paciente-ventilador, melhora o conforto respiratório e a distribuição dos gases, além de contribuir para a prevenção de lesões pulmonares induzidas por ventilação.

7.23 MODO DE VENTILAÇÃO DE ALTO FLUXO (HFNC) - Modo de ventilação de alto fluxo nasal (High Flow Nasal Cannula – HFNC), integrado ou por meio de módulo compatível, permitindo a administração de fluxo elevado de gases aquecidos e umidificados, com controle de FiO₂;

7.24 Modo de teste de mecânica pulmonar com visualização simultânea de complacência e resistência;

8. ACESSÓRIOS

8.1 01 (uma) unidade Braço para suporte do circuito de paciente;

8.2 VÁLVULAS EXPIRATÓRIAS EXTRAS (interna ou externa)

Configurações de Fornecimento - Deverá ser fornecida quantidade total de válvulas expiratórias, conforme e a escolher 01(uma) das 02 (duas) configurações / OPÇÕES abaixo, de acordo com a



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 23 de 85)

arquitetura do equipamento ofertado:

OPÇÃO 1:

01 (uma) unidade para pacientes pediátricos

01 (uma) unidade para pacientes adultos;

OPÇÃO 2:

02 (duas) unidades se forem pediátricas / adultos (indiferentes).

8.3 SENSORES DE FLUXO EXTRAS (componente interno)

O equipamento deverá ser acompanhado de sensores de fluxo adicionais, devendo ser internos reutilizáveis e autoclaváveis com resistência comprovada a pelo menos 30 ciclos na autoclave, conforme declarado em manual técnico / usuário ou certificado do fabricante.

Configurações de Fornecimento - Deverá ser fornecida quantidade total de sensores de fluxo, conforme e a escolher 01(uma) das 04(quatro) configurações / OPÇÕES abaixo, de acordo com a arquitetura do equipamento ofertado:

OPÇÃO 1:

Quando o ventilador utilizar sensores de fluxo duplos, conectados simultaneamente nas portas inspiratória e expiratória, comuns para pacientes pediátricos e adultos (indiferente):

02 (dois) pares de sensores de fluxo (inspiratório e expiratório).

OPÇÃO 2:

Quando houver sensores de fluxo distintos para cada faixa etária (pediátrico e adulto):

01(um) par de sensores de fluxo (inspiratório e expiratório) para pacientes pediátricos; e

01(um) par de sensores de fluxo (inspiratório e expiratório) para pacientes adultos.

OPÇÃO 3:

Quando o ventilador utilizar sensor de fluxo único, conectado apenas em uma das portas (inspiratória ou expiratória), comum para ambas as faixas etárias:

02(duas) unidades de sensor de fluxo (pediátricos e adultos – indiferente).

OPÇÃO 4:

Quando houver sensores de fluxo únicos e distintos por faixa etária:

01 (uma) unidade de sensor de fluxo (inspiratória ou expiratória) para pacientes pediátricos; e

01 (uma) unidade de sensor de fluxo (inspiratória ou expiratória) para pacientes adultos.

8.4 CIRCUITO PACIENTE

O equipamento deverá ser fornecido com circuitos paciente completos (conector “Y”, traqueias, ou qualquer outro componente que faça parte do circuito paciente), devendo ser reutilizável e autoclavável, para pacientes pediátrico e adulto:

02 (dois) Circuitos de paciente completos (inspiratório e expiratório).

8.5 ACESSÓRIOS PARA VENTILAÇÃO DE ALTO FLUXO (HFNC):

8.5.1 Kit completo para modo HFNC (High Flow Nasal Cannula):

Deverá ser fornecido conjunto completo, compatível com o equipamento ofertado, específico para uso no modo de ventilação de alto fluxo nasal (HFNC), contemplando todos os componentes necessários para operação segura e eficiente em pacientes adultos e pediátricos, incluindo:

- i. Cânula nasal para alto fluxo (diferenciadas por faixa etária);
- ii. Circuito completo (preferencialmente aquecido, quando aplicável);
- iii. Umidificador específico para alto fluxo, também compatível com os fluxos usuais de ventilação invasiva, quando aplicável;
- iv. Conectores e demais acessórios requeridos para pleno funcionamento do sistema.

8.5.2 Forma de fornecimento dos Kits (escolha de uma das opções abaixo, a critério da



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 24 de 85)

contratada):

Opção 1 – Kit Reutilizável:

02 (duas) unidades, com todos os componentes **laváveis, autoclaváveis ou esterilizáveis** conforme recomendação do fabricante, totalmente compatíveis com o equipamento ofertado.

Opção 2 – Kit Descartável:

20 (vinte) unidades **de uso único**, devidamente embaladas, esterilizadas e prontas para uso imediato, compatíveis com o equipamento ofertado.

8.6 Mangueiras para rede de gases Ar comprimido e O2 ambas com no mínimo 3 metros;

8.7 ACESSÓRIOS DO NEBULIZADOR:

8.7.1 01 (um) Copo de nebulização com capacidade mínima de 6ml, se for reutilizável, caso seja descartável entregar 10 (unids.);

8.7.2 Adaptadores, mangueiras, conectores para conexão com circuitos de ventilação em quantidade suficiente para nebulização de pelo menos 10 pacientes;

8.7.3 01 (uma) Fonte alimentação ou cabo USB (somente se forem aplicáveis para perfeito funcionamento do nebulizador).

8.8 Além dos acessórios citados acima a CONTRATADA deverá fornecer os demais acessórios que fazem parte do equipamento para proporcionar e garantir seu perfeito funcionamento.

9. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA E BACKUP DE ENERGIA

9.1 Sistema de alimentação elétrica integrada ao gabinete do equipamento, sem necessidade de alimentação auxiliar externa;

9.2 Alimentação rede elétrico de 100 a 240V bivolt automático, frequência 60Hz ou 127V fixo (por questão de segurança não será aceito bivolt selecionável), aplicável para ventilador pulmonar e para Nebulizador (se não for alimentado por USB);

9.3 Bateria recarregável com autonomia no mínimo de 90 min.

LOTE 02: VENTILADOR PULMONAR

A CONTRATADA deverá atender todos os requisitos para o fornecimento do objeto, como: hardwares, softwares, características gerais, funções, parâmetros e demais itens e especificações técnicas deste Termo de Referência

10. FINALIDADE DO EQUIPAMENTO E APLICAÇÃO

10.1 O equipamento destina-se à realização de ventilação mecânica invasiva e não invasiva em pacientes adultos (inclusive obesos mórbidos) e pediátricos, internados em unidades de terapia intensiva (UTI) ou submetidos a transporte intra-hospitalar para exames.

Aplicado em casos de insuficiência respiratória aguda ou crônica descompensada, pós-operatórios e outras condições clínicas que demandem suporte ventilatório, o ventilador deverá assegurar modos ventilatórios convencionais e alguns avançados com precisão, estabilidade e segurança, além de funcionalidades compatíveis com os parâmetros fisiológicos de diferentes faixas etárias e perfis



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 25 de 85)

clínicos, contribuindo para a recuperação ventilatória e hemodinâmica do paciente.

10.2 VENTILAÇÃO MECÂNICA PARA PACIENTES:

10.2.1 Adultos (até obesidade mórbida);

10.2.2 E pediátricos.

10.3 UTILIZAÇÃO EM:

10.3.1 Unidade de Terapia Intensiva (UTI);

10.3.2 Transporte intra-hospitalar para exames.

11. CARACTERÍSTICAS GERAIS, HARDWARE, SOFTWARE

11.1 Controlado por microprocessador;

11.2 Carro de transporte:

11.2.1 Rodízios giratórios, sendo 02 com travas;

11.3 Ajustes diferenciados, selecionáveis pelo operador, por intermédio de “setup” ou botão específico para parâmetros de pacientes, pediátricos e adultos.

11.4 SENSOR DE FLUXO:

11.4.1 Autoclavável, comprovado reutilizável no mínimo 30 vezes / ciclos.

11.5 Sensor / célula de oxigênio preferencialmente paramagnética ou eletrônica ou ultrassônico (não será aceito galvânica ou similar);

11.6 Correção do volume corrente através do BTPS ou ATPS (ou similar) BTPS ou ATPS (ou similar);

11.7 SISTEMA DE AUTO TESTE AO LIGAR O EQUIPAMENTO COM:

11.7.1 Calibrações automáticas ou semiautomáticas;

11.7.2 Detecção de falhas e erros de funcionamento;

11.8 UMIDIFICADOR AQUECIDO COM PELO MENOS UMA DAS OPÇÕES ABAIXO:

11.8.1 03 ajustes distintos para temperatura e/ou umidade;

11.8.2 Servo controlado com indicação de temperatura.

11.9 Sistema de Interface para Monitor multiparamétrico;

11.10 SISTEMA DE AJUSTE PARA MISTURA DE CONCENTRAÇÃO ENTRE AR E O2 (“BLENDER”):

11.10.1 Interno;

11.10.2 Eletrônico;

11.10.3 Concentração de 21 a 100%;

11.10.4 Com incrementos de 1 %.

11.11 SISTEMA DE NEBULIZAÇÃO INTEGRADO OU ACOPLÁVEL



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 26 de 85)

- 11.11.1** Nebulização integrado ou acoplável ao próprio equipamento, permitindo a administração de medicamentos inaláveis por via inalatória durante a ventilação mecânica, sem necessidade de desconectar o paciente do circuito;
- 11.11.2** Compatível com nebulização intermitente ou contínua, conforme ajuste pelo operador;
- 11.11.3** Ativação controlada pelo painel do ventilador ou sistema automatizado, sem interrupção da ventilação;
- 11.11.4** Capacidade de funcionamento sincronizado com o ciclo inspiratório, para otimização da deposição pulmonar;
- 11.11.5** Compatibilidade com circuitos de ventilação mecânica invasiva e não invasiva, além de uso com máscara ou bocal em pacientes espontaneamente respirando;
- 11.11.6** Indicação do volume mínimo residual de medicamento;
- 11.11.7** Baixa interferência na mecânica do circuito ventilatório;
- 11.11.8** Capacidade de funcionamento com pressão de oxigênio hospitalar (pneumático) e/ou piezoelétrico (elétrico), conforme o modelo ofertado;
- 11.11.9** Capacidade de operação contínua por no mínimo 60 minutos sem superaquecimento.
- 11.11.10** Componentes de contato com o paciente devem ser livres de látex, autoclaváveis ou descartáveis.
- 11.11.11** Deve permitir fácil montagem, desmontagem e higienização.
- 11.11.12** Acessórios mínimos:
 - 11.11.12.1** Copo de nebulização com capacidade de pelo menos 6 ml;
 - 11.11.12.2** Adaptadores para circuitos de ventilação;
 - 11.11.12.3** Compatível com Máscara facial adulto e pediátrica utilizadas no Hospital;
 - 11.11.12.4** Entre outros acessórios para perfeito funcionamento do Nebulizador.
- 11.11.13** Compatível com circuitos adulto e pediátrico.
- 11.12** Sistema de memória para registros dos últimos 80 eventos/alarmes com data e hora, sem possibilidade de alteração dos dados pelo operador (“caixa preta”);
- 11.13** Controles e ajustes com sistema de proteção contra mudança acidental de parâmetro;
- 11.14** Sistema diferenciado de alarmes, dependendo da prioridade/risco;
- 11.15** Ajuste de volume do áudio do alarme que impossibilite ajuste inaudível e/ou inabilitação.
- 11.16** SILENCIADOR TEMPORÁRIO DE ALARME
 - 11.16.1** Indicação visual de alarme silenciado;
 - 11.16.2** Rearme automático em tempo igual ou inferior a 02 minutos.
- 11.17** SISTEMA DE SEGURANÇA DE MONITORAMENTO



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 27 de 85)

Disponibilizar sistema de segurança de monitoramento embarcado, por meio de uma das alternativas abaixo:

11.17.1 Sistema de microprocessamento próprio e independente, dedicado ao monitoramento dos parâmetros do paciente, operando separadamente do sistema de controle principal, garantindo a continuidade do monitoramento em caso de falha do sistema principal;

OU

11.17.2 Sistema de supervisão com processador auxiliar, com funcionalidade de reinicialização automática do sistema de controle (watchdog), assegurando a retomada rápida e segura da operação em caso de mau funcionamento do sistema principal.

11.18 Sistema de autodiagnóstico integrado, capaz de identificar automaticamente falhas e/ou erros de funcionamento, com apresentação clara de códigos de erro e mensagens de alerta no monitor, a fim de facilitar a manutenção corretiva e minimizar o tempo de inatividade.

12. SISTEMA DE ACIONAMENTO PNEUMÁTICO:

12.1.1 Operação em rede de gases de:

12.1.1.1 O₂;

12.1.1.2 Ar comprimido (quando aplicável);

12.1.1.3 Funcionamento a partir de 2,9 Kgf/cm² ou 284 Kpa ou 2,84 bar (ou pressão inferior).

13. CONTROLES AJUSTÁVEIS PELO OPERADOR E MEDIDOS PELO EQUIPAMENTO

13.1 Volume corrente de 50 a 2.000 ml;

13.2 Fluxo inspiratório ajustável e/ou medido de 06 a 120 litros por minuto;

13.3 Pressão inspiratória de 05 a 60 cm de H₂O (incluindo PEEP);

13.4 Tempo inspiratório de 0,2 a 05 segundos;

13.5 Tempo de detecção de apneia;

13.6 Pressão de suporte de 0 a 60 cm de H₂O (incluindo PEEP/CPAP);

13.7 Frequência ventilatória de 01 a 80 respirações por minuto (manual ou automático);

13.8 Relação I:E visualizada de 1:1 – 1:9;

13.9 PEEP ajustável de 02 a 50 cm de H₂O;

13.10 Disparo de fluxo e/ou pressão ("trigger");

13.11 Rampa de ajuste de fluxo e/ou pressão;

13.12 PAUSA INSPIRATÓRIA POR UMA DAS OPÇÕES ABAIXO:

13.12.1 Manual por intermédio de acionamento em botão e/ou programável;

13.12.2 Ajustável de 0 a 1,5 segundos e/ou de 0 a 30% do tempo inspiratório com pulmão insuflado, permitindo procedimentos radiográficos de tórax.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 28 de 85)

13.13 FUNÇÃO DE ESPERA (standby) OU MEMÓRIA DE CONFIGURAÇÃO

O equipamento deverá dispor de, pelo menos, uma das seguintes funcionalidades:

- 13.13.1** Função de espera ("standby"), que permita a desconexão intencional e segura do paciente, interrompendo temporariamente a ventilação sem perda das configurações previamente ajustadas; OU
- 13.13.2** Função de memória de configuração, que possibilite desligar o equipamento e religá-lo mantendo a última programação registrada, incluindo os parâmetros ventilatórios utilizados no atendimento do último paciente.

14. ALARMES AUDIOVISUAIS

- 14.1** Falha do suprimento de gases;
- 14.2** Falha de alimentação elétrica;
- 14.3** Baixo nível de carga de bateria;
- 14.4** Falha de funcionamento, erro técnico ou similar;
- 14.5** Pressão de vias aéreas:
- 14.5.1** Alta;
- 14.5.2** Baixa (ou similar).
- 14.6** Tempo de apneia;
- 14.7** Volume:
- 14.7.1** Corrente alto ou minuto alto;
- 14.7.2** Corrente baixo ou minuto baixo.
- 14.8** FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA:
- 14.8.1** Alta;
- 14.8.2** Baixa (direto ou indireto).
- 14.9** Baixo PEEP, ou perda de PEEP, ou pressão baixa de linha de base ou desconexão do tubo;
- 14.10** FIO2:
- 14.10.1** Alto;
- 14.10.2** Baixo.
- 14.11** Tubo bloqueado (direto ou indireto).

15. MONITORAÇÃO:

- 15.1** MONITOR:
- 15.1.1** Colorido;



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 29 de 85)

15.1.2 Tamanho de 15 polegadas;

15.1.3 Rotação da tela, no mínimo axial da tela (não será aceito apenas inclinação ou movimento radial ou tela fixa);

15.1.4 Tela de LCD, TFT, LED ou OLED;

15.1.5 Sensível ao Toque (*Touchscreen*);

15.2 APRESENTAÇÃO SIMULTÂNEA DE TRAÇADOS

15.2.1 O equipamento deverá permitir a visualização simultânea de, no mínimo, 3 (três) traçados gráficos em tempo real, exibidos de forma contínua e automática na tela, sem a necessidade de pressionamento de botões, teclas ou comandos para alternância entre os traçados;

15.2.2 Deverá ainda dispor de mecanismo de navegação, como setas direcionais, cursores, barras de rolagem ou recurso equivalente, que possibilite a exploração e análise das curvas gráficas ao longo do tempo.

15.3 TENDÊNCIA:

15.3.1 Gráfica;

15.3.2 Numérica;

15.3.3 Registro de histórico de tendências com armazenamento de pelo menos 72 horas de dados gráficos e numéricos.

15.4 CURVAS:

15.4.1 Volume;

15.4.2 Pressão;

15.4.3 Fluxo;

15.5 ALÇAS (“LOOP”):

15.5.1 Volume x fluxo;

15.5.2 Pressão x volume.

15.6 VALORES NUMÉRICOS:

15.6.1 Pressão das vias aéreas:

15.6.1.1 Pico;

15.6.1.2 Platô;

15.6.1.3 Média;

15.6.1.4 PEEP/CPAP;

15.6.1.5 PO.1.

15.6.2 Concentração inspiratória de O₂;



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 30 de 85)

15.6.3 Relação I:E (direto);

15.6.4 Frequência respiratória total e/ou espontânea;

15.6.5 Volumes:

15.6.5.1 Corrente Inspirado e Expirado;

15.6.5.2 Minuto inspirado e expirado.

15.6.6 Fluxos:

15.6.6.1 Inspiratório máximo;

15.6.6.2 Expiratório máximo / final (direto ou indireto, por congelamento de curva de fluxo e/ou disponível no registro de tendências).

15.6.7 Tempo Inspiratório e Expiratório (direto ou indireto);

15.6.8 Complacência estática e dinâmica;

15.6.9 Fugas (direto ou indireto);

15.6.10 Resistência do circuito respiratório (disponível: de maneira continua ou no autoteste ou no teste de fuga);

15.6.11 Constante de tempo (direto ou indireto);

15.6.12 PEEP intrínseco ("AutoPEEP");

15.6.13 Índice de Tobin: relação frequência/volume (direto).

15.6.14 Resistência das vias aéreas;

16. MODOS VENTILATÓRIOS:

16.1 Ventilação espontânea;

16.2 Ventilação de reserva ("backup") em todos os modos.

16.2.1 Assistidos; e

16.2.2 Espontâneos.

16.3 Ventilação com compensação de fugas;

16.4 VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA (NIV, VNI OU SIMILAR):

16.4.1 Totalmente espontânea;

16.4.2 Com pressão de suporte.

16.5 VCV (IPPV, CMV ou similar): ventilação controlada a volume;

16.6 VCV Assistida: ventilação controlada a volume assistida;

16.7 PCV: ventilação controlada a pressão;



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 31 de 85)

- 16.8** PCV Assistida: ventilação controlada a pressão assistida;
- 16.9** PSV: ventilação com pressão de suporte;
- 16.10** SIMV: ventilação mandatória intermitente sincronizada a volume;
- 16.11** SIMV combinada com pressão de suporte;
- 16.12** SIMV-P: ventilação mandatória intermitente sincronizada a pressão;
- 16.13** SIMV-P combinada com pressão de suporte;
- 16.14** BIPAP (BILEVEL, DUOPAP, BIPV, BIVENT ou similar): ventilação controlada por dois níveis de pressão com válvula expiratória ativa;
- 16.15** CPAP: pressão positiva contínua nas vias aéreas;
- 16.16** MMV (ASV, AVM, GMV, VS, BILEVEL-VG, VTPS, PCV-TCPL-VG, VC+VS ou similar): ventilação com volume minuto garantido (ou volume alvo corrente assegurado) ou ventilação por dois níveis de pressão contínua nas vias aéreas com entrega de volume garantido;
- 16.17** “Flush de O₂”: sistema temporizado de entrega com 100% de oxigênio (durante 120s), para realização de procedimentos de aspiração com inibição de alarmes e retorno automático para a concentração programada;
- 16.18** Compensação de tubo: endotraqueal e de traqueostomia;
- 16.19** MODALIDADES ESPECIAIS / ADAPTATIVA / INTELIGENTE DE VENTILAÇÃO

No mínimo, **3 (três)** das modalidades especiais de ventilação descritas abaixo, ou equivalentes comprovadamente similares, que permitam avançados recursos de suporte ventilatório, adaptação à mecânica respiratória do paciente e redução da assincronia:

- 16.19.1** ASV (Adaptive Support Ventilation) ou AVM (Adaptive Ventilation Mode) ou similar: ventilação de suporte adaptativa, com ajuste automático dos parâmetros ventilatórios conforme a mecânica pulmonar do paciente;
- 16.19.2** SmartCare ou similar: sistema de ventilação baseado em protocolo clínico automatizado, deve incorporar algoritmos automatizados para:
 - a) Ajustar parâmetros ventilatórios baseados em tendências fisiológicas;
 - b) Auxiliar no desmame através de avaliação contínua da aptidão do paciente para ventilação espontânea.
- 16.19.3** AutoFlow ou similar: recurso que permite a adaptação automática do fluxo inspiratório em modos controlados por volume, otimizando conforto e sincronização;
- 16.19.4** Redução assistida de suporte de pressão - Modo que permite ajustar automaticamente o nível de suporte ventilatório com base em parâmetros fisiológicos, promovendo desmame progressivo com menor intervenção manual;
- 16.19.5** Algoritmos de ajuste automático de PEEP e FiO₂ - Modo(s) que utiliza(m) algoritmo(s) inteligente(s) para ajustar automaticamente os parâmetros PEEP e/ou FiO₂, de acordo com a condição clínica e resposta do paciente;
- 16.19.6** Recrutamento alveolar guiado ou assistido - Presença de ferramenta para recrutamento alveolar com etapas guiadas, automatizadas ou semi-automatizadas, que otimize parâmetros como complacência e oxigenação durante a manobra;



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 32 de 85)

16.19.7 Ajuste automático de tempo inspiratório / pausa - Modo que permita o ajuste automático do tempo inspiratório (Ti) e/ou pausa inspiratória (Tpause), com base na mecânica pulmonar ou na interação paciente-ventilador, otimizando conforto, sincronização e eficiência ventilatória, sem necessidade de intervenção manual contínua.

16.20 Modo de teste de mecânica pulmonar com visualização simultânea de complacência e resistência;

16.21 Perfil de fluxo inspiratório desacelerado

O equipamento deverá operar com perfil de fluxo descendente, com pico no início da inspiração e redução progressiva ao longo do ciclo, nos modos controlados por volume.

Esse padrão favorece a sincronia paciente-ventilador, melhora o conforto respiratório e a distribuição dos gases, além de contribuir para a prevenção de lesões pulmonares induzidas por ventilação.

17. ACESSÓRIOS

17.1 01 (uma) unidade Braço para suporte do circuito de paciente;

17.2 VÁLVULAS EXPIRATÓRIAS EXTRAS (interna ou externa)

Configurações de Fornecimento - Deverá ser fornecida quantidade total de válvulas expiratórias, conforme a escolher 01(uma) das 02 (duas) configurações / OPÇÕES abaixo, de acordo com a arquitetura do equipamento ofertado:

OPÇÃO 1:

01 (uma) unidade para pacientes pediátricos

01 (uma) unidade para pacientes adultos;

OPÇÃO 2:

02 (duas) unidades se forem pediátricas / adultos (indiferentes).

17.3 SENSORES DE FLUXO EXTRAS (componente interno)

O equipamento deverá ser acompanhado de sensores de fluxo adicionais, devendo ser internos reutilizáveis e autoclaváveis com resistência comprovada a pelo menos 30 ciclos na autoclave, conforme declarado em manual técnico / usuário ou certificado do fabricante.

Configurações de Fornecimento - Deverá ser fornecida quantidade total de sensores de fluxo, conforme e a escolher 01(uma) das 04(quatro) configurações / OPÇÕES abaixo, de acordo com a arquitetura do equipamento ofertado:

OPÇÃO 1:

Quando o ventilador utilizar sensores de fluxo duplos, conectados simultaneamente nas portas inspiratória e expiratória, comuns para pacientes pediátricos e adultos (indiferente):

02 (dois) pares de sensores de fluxo (inspiratório e expiratório).

OPÇÃO 2:

Quando houver sensores de fluxo distintos para cada faixa etária (pediátrico e adulto):

01(um) par de sensores de fluxo (inspiratório e expiratório) para pacientes pediátricos; e

01(um) par de sensores de fluxo (inspiratório e expiratório) para pacientes adultos.

OPÇÃO 3:

Quando o ventilador utilizar sensor de fluxo único, conectado apenas em uma das portas (inspiratória ou expiratória), comum para ambas as faixas etárias:

02(duas) unidades de sensor de fluxo (pediátricos e adultos – indiferente).

OPÇÃO 4:

Quando houver sensores de fluxo únicos e distintos por faixa etária:

01 (uma) unidade de sensor de fluxo (inspiratória ou expiratória) para pacientes pediátricos; e

01 (uma) unidade de sensor de fluxo (inspiratória ou expiratória) para pacientes adultos.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 33 de 85)

17.4 CIRCUITO PACIENTE

O equipamento deverá ser fornecido com circuitos paciente completos (conector “Y”, traqueias, ou qualquer outro componente que faça parte do circuito paciente), devendo ser reutilizável e autoclavável, para pacientes pediátrico e adulto:

02 (dois) Circuitos de paciente completos (inspiratório e expiratório).

17.5 Mangueiras para rede de gases de ar comprimido e o2, em ambas com no mínimo 3 metros;

17.6 ACESSÓRIOS DO NEBULIZADOR:

17.6.1 01 (um) Copo de nebulização com capacidade mínima de 6ml, se for reutilizável, caso seja descartável entregar 10 (unids.);

17.6.2 Adaptadores para circuitos de ventilação em quantidade suficiente para nebulização de pelo menos 10 pacientes;

17.6.3 01 (uma) Fonte alimentação ou cabo USB (somente se forem aplicáveis para perfeito funcionamento do nebulizador).

17.7 Além dos acessórios citados acima a CONTRATADA deverá fornecer os demais acessórios que fazem parte do equipamento para proporcionar e garantir seu perfeito funcionamento.

18. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA E BACKUP DE ENERGIA

18.1 Sistema de alimentação elétrica integrada ao gabinete do equipamento, sem necessidade de alimentação auxiliar externa;

18.2 Alimentação rede elétrico de 100 a 240V bivolt automático, frequência 60Hz ou 127V fixo (por questão de segurança não será aceito bivolt selecionável);

18.3 Bateria recarregável com autonomia no mínimo de 90 min.

DEMAIS CLAUSÚLAS OBRIGATORIAS PARA OS DOIS LOTES:

19. ASSISTÊNCIA TÉCNICA / SUPORTE TÉCNICO DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA

19.1 A CONTRATADA deverá prestar o atendimento presencial, em no máximo 03 (três) dias úteis nos casos de acionamento para realização de manutenção corretiva e preventiva;

19.2 A Assistência Técnica Autorizada deverá possuir estrutura adequada para execução de possíveis reparos em bancada, com registro da atividade voltada à manutenção de equipamentos eletromédicos;

19.3 A CONTRATANTE se reserva ao direito de auditar e/ou inspecionar o local da Assistência Técnica Autorizada, no intuito de averiguar se a mesma possui condições técnicas adequadas e qualificadas para realizar as manutenções e/ou reparos no equipamento;

19.4 O(s) Técnico(s) e/ou Engenheiro(s) da Assistência Técnica Autorizada designados para o atendimento da CONTRATANTE deverão apresentar registro regular e ativo no Conselho de Classe local;

19.5 O(s) Técnico(s) e/ou Engenheiro(s) da Assistência Técnica Autorizada designados para o atendimento da CONTRATANTE devem apresentar certificado(s) de capacitação técnica (treinamento ou cursos) de instalação, manutenção corretiva e preventiva do equipamento objeto do certame.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 34 de 85)

20. GARANTIA

- 20.1** Concessão de plena garantia do Fabricante para os equipamentos, acessórios e mão de obra, contra defeitos de fabricação, a contar da data da certificação da Nota Fiscal;
- 20.2** Garantia plena total do Fabricante de 02 (dois) anos;
- 20.3** Após finalizar as entregas, deverá fornecer Certificado de Garantia do Fabricante;
- 20.4** Durante a vigência da garantia a CONTRATADA deverá incluir e/ou substituir toda e qualquer peça que se faça necessária, tais como: kit de preventiva, bateria, etc., que decorra de procedimento de manutenção preventiva, manutenção corretiva, por desgaste anormal ou por segurança, previsto no manual do fabricante, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, inclusive com mão de obra;
- 20.5** As manutenções preventivas e corretivas deverão ser realizadas apenas através de Assistência Técnica Autorizada do fabricante;
- 20.6** As manutenções preventivas no equipamento e acessórios deverão ser realizadas com periodicidade não superior ao previsto no manual do fabricante, sem qualquer ônus à CONTRATANTE;
- 20.7** Na realização das manutenções ou instalações, todos os custos de deslocamento (frete, seguro, impostos, entre outros) de equipamentos, acessórios, peças e mão de obra, deverão correr por conta exclusiva da CONTRATADA;
- 20.8** Nos casos de manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá comparecer no local da CONTRATANTE em até 03 (três) dias úteis (a contar da data da abertura do chamado), devendo solucionar o problema em até 02 (dois) dias úteis (a contar da data da visita técnica), quando não houver necessidade de substituição de peças;
- 20.9** Se durante a manutenção corretiva ou preventiva for constatada a necessidade de substituição de peças, a CONTRATADA deverá solucionar o problema em até 10 (dez) dias úteis (a contar da data da visita técnica);
- 20.10** Caso a CONTRATADA não venha atender ao prazo definido no item anterior, a mesma deverá fornecer e instalar equipamento de backup igual ou similar original até a solução definitiva do problema;
- 20.11** No momento da entrega do equipamento a CONTRATADA deverá agendar com o Fiscal do Contrato, a manutenção preventiva ou substituição de peças definidas no manual do fabricante dentro do período de garantia.

21. NORMAS, REGISTROS E CERTIFICAÇÕES

- 21.1** Registro na ANVISA e vigente;
- 21.2** NBR IEC 60601-1 - Equipamento eletromédicos;

22. MANUAIS E TREINAMENTO (SEM ÔNUS AO CONTRATANTE)

- 22.1** Fornecimento de manual de usuário impresso e em português;
- 22.2** Fornecimento de manual técnico (serviço) completo (não será aceito manual de usuário em substituição do manual técnico / serviço) em português ou inglês, em PDF colorido, contendo no mínimo: diagramas em blocos, esquemas pneumáticos, vista explodida das peças e partes com part-number / referências, ajustes e configurações, procedimentos de (teste de desempenho, manutenção corretiva e preventiva, lubrificações, montagem e desmontagem);
- 22.3** Os manuais (usuário e técnico) deverão ser entregues conjuntamente ao equipamento;
- 22.4** A CONTRATADA deverá fornecer treinamento operacional para toda equipe de médicos, usuários do equipamento, técnicos / engenheiros da Engenharia Clínica do CONTRATANTE, para todos turnos de trabalho;
- 22.5** As datas e horários do treinamento operacional deverão ser agendadas na data de entrega do equipamento, junto à Gerência do setor de uso do equipamento ou outra pessoa designada pelo CONTRATANTE;

23. INSTALAÇÃO E CALIBRAÇÃO:

- 23.1** Instalação e calibração dos equipamentos (aplicáveis), periféricos e acessórios previstos no Termo



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 35 de 85)

de Referência ou no manual fabricante, sendo de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

- 23.2** O transporte dos materiais, ferramentas, equipamentos e acessórios pertencentes ao equipamento ou necessários para a instalação e calibração, são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE.

24. ENTREGA E EMBALAGEM

- 24.1** A entrega deverá ser feita livre de despesas como: frete, embalagem, seguro, impostos, taxas, cargas e descarga, sem qualquer ônus a CONTRATANTE;
- 24.2** Por ocasião da entrega será obrigatório constar nas notas fiscais ou em relação específica, as quantidades entregues por lote;
- 24.3** Das embalagens: os produtos deverão ser entregues em embalagens que garantam sua integridade e facilite o armazenamento e a movimentação;
- 24.4** Nas embalagens internas e externas deverá constar quantidade, lote e validade (se aplicável).

25. OUTROS E RECEBIMENTO

- 25.1** Após a entrega do equipamento pela transportadora à CONTRATANTE, faz-se obrigatório o comparecimento de Representante da CONTRATADA, em até 5 (cinco) dias úteis, para juntamente com o Fiscal do Contrato, averiguar se todos itens forem entregues, se estes estão íntegros e em conformidade com o previsto no Termo de Referência;
- 25.2** Se durante a avaliação for identificada qualquer não conformidade com o previsto no Termo de Referência, a CONTRATADA será notificada, devendo substituir o item (integralmente) ou entregar item pendente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da avaliação;
- 25.3** Durante avaliação / recebimento até a certificação da(s) nota(s) fiscal(is), qualquer item com avarias ou defeitos deverá ser substituído na íntegra, não será aceito reparo da mesma ou troca de componentes.
- 25.4** A certificação da Nota Fiscal só ocorrerá após o atendimento de todos os itens previstos neste Termo de Referência, incluindo entrega dos manual e treinamento.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

Catálogo Eletrônico de Padronização ainda não foi implantado pelo órgão responsável no Estado do Paraná. Deste modo, as descrições utilizadas no presente Termo de Referência foram elaboradas pelos profissionais técnicos competentes da área demandante, os quais atestam que as especificações técnicas do(s) objeto(s) são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação do objeto ao fim a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

1.4 DO FORNECIMENTO

- 1.4.1** Agendar a entrega no setor de Patrimônio/Almoxarifado ou com o responsável.
- 1.4.2** Forma de entrega: parcelada, conforme necessidade do órgão solicitante.
- 1.4.3** Prazo de entrega: em até 120 (cento e vinte) dias, após a assinatura do contrato pela contratante.
- 1.4.4** Locais de Entrega:

SESA – SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ

HOSPITAL DO TRABALHADOR - HT

Av. República Argentina, 4406, Novo Mundo

81050-000 - Curitiba - PR

A/C Coordenador do Almoxarifado

Setor Almoxarifado



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 36 de 85)

Horário de Atendimento: 8h as 16:30h

Fone: (41) 3212-5875

E-mail: eletromedicinaht@gmail.com

CENTRO HOSPITALAR DE REABILITAÇÃO - CHR

Rua Quintino Bocaiuva, 329 - Cabral,

80035-090 - Curitiba - PR

A/C Coordenador do Almoxarifado

Setor Almoxarifado

Horário de Atendimento: 8h as 16:30h

Fone: (41) 3212-5875

E-mail: eletromedicinaht@gmail.com

HOSPITAL OSWALDO CRUZ - HOC

Rua. Ubaldino do Amaral, 545 - Alto da XV

82590-300 - Curitiba - PR

A/C Coordenador do Almoxarifado

Setor Almoxarifado

Horário de Atendimento: 8h as 16:30h

Fone: (41) 3212-5875

E-mail: eletromedicinaht@gmail.com

HOSPITAL OSWALDO CRUZ - HOC

Rod. do Xisto, 476 - nº 63 - Ronda

83751-530 - Lapa - PR

A/C Coordenador do Almoxarifado

Setor Almoxarifado

Horário de Atendimento: 8h as 16:30h

Fone: (41) 3212-5875

E-mail: eletromedicinaht@gmail.com

HOSPITAL LUIZA BORBA CARNEIRO

Logradouro: Rua Frei Gaudêncio, 417-Centro

CEP: 84 300-051

Cidade: Tibagi-PR

Fone: (42) 3275-2500

E-mail: hlbc.financeiro@sesa.pr.gov.br

Horário de Atendimento: 08:00 – 12:00 – 13:30 – 17:30 hrs

Responsável pelo recebimento: Gustavo Henrique Machado



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 37 de 85)

DEPPEN - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL DO ESTADO DO PARANÁ

Complexo Médico Penal

Avenida Ivone Pimentel, nº 1639, Parque das Nascentes, Pinhais-PR

CEP: 83.327-700

Fone: 41 3661 3078

E-mail: caf.deppen@policiapenal.pr.gov.br

Responsável: Rene Pereira de Castro ou Manoel Adolar Machado Junior

Horário de funcionamento: Período Matutino: das 09:00 às 11:00 horas;

Período vespertino: das 13:30 às 16:00 horas

PMPR – HPM - HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR

Local: Hospital da Polícia Militar do Paraná – Setor de Patrimônio

Logradouro Av. Prefeito Omar Sabbag nº 894 – Jardim Botânico

CEP 80.2010-000

Cidade Curitiba/PR

Fone: (41) 3218-3605

E-mail: hpm.hotelaria@yahoo.com.br

Horário de Atendimento: 08:00 às 14:00

Responsável pelo recebimento: 3º Sgt. QPM 1-0 Denilson José dos Santos

FUNEAS - FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PR

Hospital Infantil Waldemar Monastier – HIWM

Endereço: Rua XV de Novembro 3701 - Centro Campo Largo-PR

CEP: 83.601-030

Contato: Pitter Diorginnes de Oliveira

E-mail: pitteroliveira@sesa.pr.gov.br

Telefone: (41) 3391-8122 Fax: (41) 3391-8122

Horário de entrega: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

Hospital Regional de Guaraqueçaba – HRG

Responsável: Anderson pontes do Carmo

E-mail: anderson.carmo@sesa.pr.gov.br

Fone: (41) 3482-8150 / ramal 8176

Endereço: Avenida Ararapira s/n Bairro: Centro, Guaraqueçaba– PR

CEP: 83.390-000

Horário de entrega: Segunda à Sexta –feira das 8h às 15hrs.

Hospital Regional do Litoral – HRL

Endereço: Rua Presidente Getúlio Vargas 222 Palmital, Paranaguá-PR

CEP: 83.206-020



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 38 de 85)

Contato: Ronaldo Monteiro

E-mail: ronaldo.monteiro@funeas.pr.gov.br

Telefone: (41) 3420-7448. Fax: (41) 3420-7400

Horário de entrega: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

Hospital Regional do Norte Pioneiro – HRNP

Endereço: Rua Genor Juliano 11, Jardim Monte Verde, Santo Antônio da Platina-PR

CEP: 86.430-000

Contato: Danilo Rodrigues de Oliveira

E-mail: danilo.rodrigues@funeas.pr.gov.br

Telefone: (43) 3534-6203

Horário de entrega: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

Hospital Regional Walter Alberto Pecoits – HRSWAP

Endereço: Rodovia Contorno Leste, 200 Bairro Água Branca - Francisco Beltrão-PR

CEP: 85.601-839

Contato: Celio Roberto Bet

E-mail: hrsengenhariaclinica@gmail.com

Telefone: (46) 3520-9200 Fax: (46) 3520-9394

Horário de entrega: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

Hospital Dr. Anísio Figueiredo – Zona Norte de Londrina – HZN

Endereço: Rua Odilon Braga 199, Sebastião de Melo César, Londrina-PR

CEP: 86.084-600

Contato: Adriano Costa Loiola

E-mail: adriano.loiola@funeas.pr.gov.br

Telefone: (43) 3376-4600

Horário de entrega: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

Hospital Dr. Eulalino Ignácio de Andrade - Zona Sul de Londrina – HZS

Endereço: Rua das Orquídeas 75, Parque Ouro Branco, Londrina-PR

CEP: 86.042-180

Contato: Maria Claudia do Carmo Ortega

E-mail: mariaortega@sesa.pr.gov.br

Telefone: (43) 3374-1900

Horário de entrega: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

Hospital Regional de Telêmaco Borba – HRTB

Endereço: Avenida Marechal Floriano Peixoto, s/n, Jardim Monte Carlo, Telêmaco Borba-PR

CEP: 84.266-010



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 39 de 85)

Contato: Every Barbosa Lobo

E-mail: every.lobo@funeas.pr.gov.br

Telefone: (42) 3272-7707

Horário de entrega: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

Hospital Regional de Ivaiporã – HRIV

Endereço: Rua das Quaresmeiras, nº 55, Jardim Bela Casa - Ivaiporã/PR

CEP: 86.870-000

Contato: Rafael Koltun

E-mail: rafael.koltun@funeas.pr.gov.br

Telefone: (43) 3484-0322

Horário de entrega: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

Hospital Regional do Centro Oeste – HRCO

Endereço: Avenida Professora Laura Pacheco Bastos, 1400, Cidade dos Lagos, Guarapuava-PR

CEP: 85.053-525

Contato: Adam Cebulski Utri

E-mail: adam.utri@funeas.pr.gov.br

Telefone: (42) 3141-8400

Horário de entrega: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

UEM - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Local: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DE MARINGÁ / PATRIMONIO

Logradouro Endereço: Avenida Mandacaru 1590 Parque das Laranjeiras Maringá - PR.

CEP: 87083-240

Cidade Maringá/PR

Fone: (44) 3011-9112

E-mail: hum-alc@uem.br, cmkuroda@uem.br

Horário de Atendimento: 08:00 às 11:40 e das 14:00 às 17:30 horas

Responsável pelo recebimento: Almoxarifado HUM (João)

1.5 AMOSTRAS

1.5.1 O primeiro licitante classificado, deverá entregar, no prazo máximo de 07 dias úteis, a contar da notificação, o descritivo técnico e a respectiva amostra do objeto licitado, a fim de verificar se atende às especificações do edital e anexos, no seguinte local:

Local: Hospital do Trabalhador

Logradouro: Av. República Argentina, 4406, Novo Mundo, CEP 81050-000 Cidade Curitiba - PR

Órgão/Entidade avaliador: Complexo Hospitalar do Trabalhador. Horário de Atendimento: 8h às 16:30h

Fone: (41) 3212-5875/5846/5751

E-mail: eletromedicinaht@gmail.com



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 40 de 85)

1.5.2 Entende-se por entrega da amostra a data na qual ela é efetivamente entregue no endereço estabelecido no item 1.5.1.

1.5.3 Para o exame da amostra, o órgão/entidade avaliador poderá, a seu critério, solicitar análise técnica.

1.5.4 Compete ao órgão/entidade, no prazo de 03 (três) dias úteis, examinar a(s) amostra(s) apresentada(s) e emitir o Termo de Aceite, podendo o prazo ser prorrogado de forma devidamente justificada.

1.5.5 Os licitantes interessados poderão ter vista da(s) amostra(s) apresentada(s), bem como informações sobre datas, horários, locais, e dos procedimentos para exame da(s) amostra(s), devendo, para tanto, entrar em contato com órgão/entidade avaliador.

1.5.6 O critério de exame das amostras se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constante no descritivo do Termo de Referência (Anexo I) e às informações técnicas prestadas pelo arrematante.

1.5.7 Quando o licitante indicar a marca, o modelo e as especificações técnicas do objeto no campo “Informações Adicionais” do sistema eletrônico de compras adotado pela Administração Pública Estadual, as amostras apresentadas devem ter as mesmas identificações daquelas preliminarmente estabelecidas pelo licitante e que foram informadas no sistema, salvo se o produto apresentado tenha, mediante ratificação da Administração, características técnicas superiores.

1.5.7.1 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o(a) Pregoeiro(a) exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 07 (sete) dias úteis contados da solicitação.

1.5.8 No caso de o licitante vencedor de qualquer dos lotes tiver suas amostras reprovadas ou tenham sido entregues fora das especificações previstas neste Edital, sua proposta será desclassificada, sendo o licitante classificado a seguir imediatamente chamado para substituir o desclassificado e assim sucessivamente, até que as amostras apresentadas sejam aceitas pela Administração, na forma do item 6.6.3.5 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

1.5.9 O licitante que não apresentar amostras no prazo previsto no item 1.5.1 também terá sua proposta automaticamente desclassificada.

1.5.10 O licitante declarado vencedor deverá realizar as entregas do objeto da licitação somente de acordo com a(s) amostra(s) apresentada(s) e aprovada(s).

1.5.11 As amostras serão fornecidas sem custo, no local indicado neste Edital, e aquelas que forem submetidas a testes, que impliquem na sua destruição ou inutilização, não serão devolvidas e/ou descontadas das quantidades a serem entregues.

1.5.12 O prazo limite para retirada de amostras não utilizadas ou não aprovadas será de 90 (noventa) dias, contados da data da homologação do certame.

1.5.13 As amostras não aprovadas e não retiradas no prazo do item anterior poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.14 As amostras aprovadas permanecerão sob a custódia do órgão avaliador para fins de aferição da regularidade do objeto quando da entrega, podendo ser descontados os itens da amostra do total a entregar, excetuada a hipótese prevista no item 1.5.11. Não ocorrendo o desconto, fica estabelecido o prazo máximo de 90 (noventa) dias para retirada das amostras, sendo que aquelas que não forem retiradas no prazo mencionado poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.15 A apresentação e aceite das amostras e dos materiais não isenta nem diminui a responsabilidade do fornecedor nem a garantia dos produtos ofertados.

1.5.16 O licitante é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes do objeto proposto.

1.5.17 Agendar a entrega no setor de Patrimônio/Almoxarifado ou com o responsável.

1.5.18 Quantidade de amostras exigidas por item:

Lote 01 – 01 (uma) amostra, equipamento completo com todos acessórios definidos no Termo de Referência.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 41 de 85)

Lote 02 – 01 (uma) amostra, equipamento completo com todos acessórios definidos no Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Consta como participantes da presente licitação a Secretaria de Estado da Saúde (**SESA**), a Fundação Estatal de Atenção em Saúde (FUNEAS), o Hospital da Polícia Militar (PMPR-HPM), a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e o Departamento da Polícia Penal (DEPPEN-CMP). Sendo o demandante inicial da aquisição o Complexo Hospitalar do Trabalhador (CHT), unidade vinculada a SESA, a justificativa da contratação apresentada é oriunda dessa unidade. Ainda assim, incluiu-se neste termo de referência alguns apontamentos presentes no Estudo Técnico Preliminar (ETP) apresentada pelas outras entidades participantes, sendo que a íntegra dos ETP está disponível no caderno de instrução da presente licitação, podendo ser consultada a qualquer tempo pelos interessados.

Os quantitativos presentes no Termo de Referência estão apresentados para atender aos órgãos que manifestaram interesse na participação da presente licitação, por meio do Sistema GMS. No Quadro abaixo, segue compilação da quantidade por item solicitado por órgão:

ITEM	CÓD GMS	CATMAT	DESCRIPTIVO	DEPPEN CMP	FUNEAS	PMPR HPM	SESA FUNSAUDE	UEM
1	6515.108010	427770	Ventilador Pulmonar de Alta Performance		66	6	20	20
2	6515.108015	427770	Ventilador Pulmonar	2	26	4	70	20

2.2 SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESA

2.2.1 Complexo Hospitalar do Trabalhador

A presente motivação tem por objetivo fundamentar a necessidade premente e estratégica de aquisição de ventiladores pulmonares de alta performance para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Complexo Hospitalar do Trabalhador (CHT). Esta aquisição é essencial para a manutenção da capacidade de resposta da unidade, visando garantir segurança, eficácia clínica e suporte adequado aos pacientes mais graves, especialmente neurocríticos e portadores de disfunções respiratórias complexas, que exigem recursos ventilatórios sofisticados e adaptativos.

A ventilação mecânica é um suporte vital e ininterrupto nas UTIs. A utilização de ventiladores modernos com recursos avançados é indispensável para:

- Oferecer suporte ventilatório de precisão, com modos especiais adaptativos (ex: ASV, PRVC, SmartCare), algoritmos de proteção pulmonar, desmame automatizado, análise da mecânica respiratória e estratégias de ventilação personalizada conforme a evolução do quadro clínico.
- Garantir segurança e proteção pulmonar contínua, reduzindo o risco de lesões induzidas por ventilação (VILI), por meio de controle inteligente de pressão, volume, PEEP e ajuste automático de parâmetros como tempo inspiratório e FiO₂.
- Reduzir complicações, tempo de internação e custos hospitalares, ao permitir estratégias de ventilação protetora, monitoramento em tempo real e transição otimizada entre modos assistido e espontâneo.
- Oferecer compatibilidade com alto fluxo nasal (HFNC), recrutamento alveolar assistido e integração com sistemas de monitoramento e rede hospitalar, otimizando o cuidado em tempo real e permitindo decisões clínicas baseadas em dados.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 42 de 85)

- Atualizar tecnologicamente o parque de equipamentos da UTI, substituindo dispositivos obsoletos, com mais de 10 anos de uso, sem suporte técnico, peças ou atualizações, colocando em risco a continuidade da assistência.
- Aumentar a confiabilidade operacional e a segurança, tanto para o paciente quanto para a equipe multidisciplinar, com interfaces intuitivas, alarmes inteligentes e sistemas de autodiagnóstico embarcados.

A presente aquisição está prevista no planejamento da unidade e na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, alinhando-se às diretrizes de modernização e eficiência assistencial. No entanto, devido à obsolescência técnica de parte significativa dos equipamentos atualmente em uso, à crescente indisponibilidade de peças de reposição e à possibilidade iminente de falhas irreversíveis, justifica-se um caráter de urgência média para a tramitação deste processo. A eventual ausência de ventiladores pulmonares operacionais em leitos críticos compromete diretamente a segurança assistencial, podendo ocasionar desassistência a pacientes em ventilação invasiva prolongada e impactar negativamente a atuação do Complexo enquanto referência estadual em trauma e ortopedia.

Atualmente, o Complexo dispõe de aproximadamente 80 (oitenta) leitos, distribuídos entre as unidades que o compõem: Hospital do Trabalhador, Centro Hospitalar de Reabilitação, Hospital Regional da Lapa São Sebastião, Hospital Oswaldo Cruz, Ambulatório Médico de Especialidades e Centro de Atendimento Integral ao Fissurado Labiopalatal. Para atender adequadamente à demanda desses leitos, mantém-se uma relação operacional de 1 (um) ventilador pulmonar por leito, assegurando a capacidade de suporte ventilatório a pacientes internados em unidades de terapia intensiva, enfermarias especializadas e pronto-socorro.

Apesar de a quantidade de equipamentos atualmente disponível ser proporcional ao número de leitos, é importante destacar que a vida útil média dos ventiladores pulmonares situa-se entre 8 e 10 anos, podendo ser reduzida conforme o modelo, fabricante, frequência de uso e condições de operação. A maior parte dos equipamentos encontra-se alocada em setores de alta complexidade, como UTIs e pronto-atendimentos, onde a intensidade do uso é contínua e prolongada, acelerando o desgaste e a deterioração funcional. Nesse contexto, já se identificou que mais de 50 (cinquenta) ventiladores em uso ultrapassam a vida útil recomendada, com alguns deles operando há 15 a 16 anos, o que evidencia a necessidade de renovação imediata e progressiva do parque tecnológico.

Diante desse cenário, a presente aquisição está sendo planejada por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), o que permitirá que o fornecimento ocorra de forma escalonada e conforme a demanda efetiva das unidades. Essa estratégia garante não apenas a substituição gradual dos equipamentos que se tornarem inservíveis, mas também a constituição de uma reserva técnica estratégica, fundamental para absorver variações na demanda, suprir falhas técnicas inesperadas e assegurar a continuidade dos atendimentos sem interrupções.

Essa iniciativa demonstra um planejamento responsável e antecipado por parte da gestão do Complexo, estando plenamente alinhada com os princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à gestão preventiva, planejamento prévio, eficiência, economicidade e mitigação de riscos. Ao evitar a necessidade de aquisições emergenciais e decisões reativas, promove-se uma gestão pública mais estável, segura e orientada à qualidade do atendimento à população.

Para a estimativa das quantidades para contratação foi realizado o levantamento de demanda junto aos setores/unidades do CHT. Consta na fls. 274, mov. 22, a tabela contendo a memória de cálculo do quantitativo total a ser adquirido em um período de até 12 (doze) meses para todo CHT.

2.3 FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE – FUNEAS

A assistência ventilatória é um componente crítico no tratamento de pacientes com insuficiência respiratória, especialmente em contextos de alta complexidade, como em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), pronto atendimentos e durante o transporte de pacientes graves. A utilização de ventiladores pulmonares modernos e eficientes é fundamental para garantir a oxigenação adequada, a estabilidade clínica e a segurança dos pacientes que necessitam de suporte respiratório invasivo ou não invasivo.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 43 de 85)

- ✓ Suporte à Vida em Casos Críticos
- ✓ Atendimento de Pacientes em UTIs e Urgências
- ✓ Segurança no Transporte de Pacientes Instáveis
- ✓ Conformidade com Protocolos Assistenciais
- ✓ Atualização Tecnológica e Eficiência Operacional

Dessa forma, a contratação dos ventiladores pulmonares, tanto do tipo microprocessado de alta performance quanto do modelo destinado a UTI e transporte, mostra-se indispensável para a manutenção da capacidade de resposta da rede de saúde frente a situações de emergência, garantindo o suporte ventilatório adequado em diferentes cenários assistenciais e reduzindo riscos à vida dos pacientes.

A definição da quantidade a ser adquirida na presente contratação foi realizada com base na análise da necessidade atual das unidades hospitalares da rede, considerando a natureza do equipamento como bem permanente e, portanto, sem histórico de consumo que possa ser utilizado como parâmetro direto. Consta na fls. 182, mov. 15, a tabela com o cálculo de memória do quantitativo previsto pela FUNEAS.

2.4 HOSPITAL DA POLICIA MILITAR – HPM

A aquisição de ventiladores pulmonares é essencial para garantir o suporte ventilatório adequado aos pacientes que apresentam disfunções respiratórias graves, especialmente aqueles em unidades de terapia intensiva (UTI) com condições críticas, como doenças neurológicas, disfunções respiratórias complexas ou que necessitam de suporte ventilatório prolongado.

Esses equipamentos permitem a ventilação mecânica controlada, promovendo a oxigenação e a eliminação de dióxido de carbono de forma eficiente, além de oferecer recursos avançados que possibilitam ajustes precisos às necessidades específicas de cada paciente.

A presença de ventiladores pulmonares modernos e bem equipados é fundamental para assegurar a segurança, a eficácia clínica e o suporte contínuo aos pacientes mais graves, contribuindo para melhores desfechos clínicos, redução de complicações e otimização do tempo de recuperação. Os benefícios esperados com a aquisição dos equipamentos são as ampliações da capacidade de atendimento da UTI, redução do tempo de espera por ventiladores disponíveis, melhora na segurança do paciente e na qualidade do cuidado, além de contribuir para uma recuperação mais rápida e eficaz dos pacientes críticos.

Essa aquisição reforça o compromisso da instituição com a excelência no atendimento, a segurança do paciente e a capacidade de resposta frente às demandas de alta complexidade clínica.

A aquisição de 10 ventiladores pulmonares é imprescindível para garantir o atendimento e tratamento adequado aos pacientes com cuidados respiratórios graves na nossa Unidade de Terapia Intensiva (UTI), que possui atualmente 10 leitos. Esses equipamentos são essenciais para atender à demanda de pacientes que necessitam de ventilação mecânica prolongada ou de suporte respiratório avançado, garantindo a segurança e a qualidade do atendimento.

Os ventiladores pulmonares modernos e tecnicamente equipados possibilitam a ventilação controlada, promovendo uma oxigenação eficiente e a eliminação de dióxido de carbono, além de oferecer recursos avançados de monitoramento e ajuste de parâmetros clínicos. Isso é fundamental para a individualização do tratamento, otimização dos desfechos clínicos e redução de complicações associadas à ventilação prolongada.

O impacto esperado com a aquisição desses dispositivos inclui a ampliação da capacidade de atendimento da UTI, redução do tempo de espera por ventiladores disponíveis, melhora na segurança do paciente e na qualidade do cuidado, além de contribuir para uma recuperação mais rápida e eficaz dos pacientes críticos. Essa aquisição reforça o compromisso da instituição com a excelência no atendimento, a segurança do paciente e a capacidade de resposta frente às demandas de alta complexidade clínica.

A memória de cálculo utilizado resultou no quantitativo total conforme detalhado no quadro da fls. 192, mov. 16.

2.5 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 44 de 85)

O Hospital Universitário de Maringá, enfrenta uma crescente demanda por atendimento em serviços de saúde, refletida na elevação do número de pacientes que necessitam de cuidados mais intensivos. Esse aumento se deve a diversos fatores, incluindo o crescimento populacional da região e o envelhecimento da população, que resulta em um maior número de condições clínicas que requerem suporte ventilatório especializado. Nesse contexto, a atualização e ampliação da capacidade de atendimento torna-se imperativa para garantir a qualidade no serviço prestado.

O hospital atualmente opera com recursos limitados, e a inexistência de ventiladores pulmonares de alta frequência compromete a eficácia do tratamento de pacientes em estado crítico, especialmente aqueles com patologias respiratórias graves. A carência desses equipamentos pode resultar em riscos à saúde dos pacientes, além de sobrecarregar as equipes de saúde, que são forçadas a utilizar alternativas menos apropriadas. A aquisição de ventiladores pulmonares de alta frequência é, portanto, uma resposta necessária a essa lacuna, visando assegurar que tratamentos adequados e atualizados estejam disponíveis para a população.

É essencial frisar que a disponibilidade desses dispositivos não apenas atende às necessidades específicas de um grupo de pacientes, mas também se alinha aos princípios de justiça e equidade no acesso aos serviços de saúde. O suporte eficiente à ventilação mecânica contribui para a redução de complicações, melhora os prognósticos clínicos e minimiza a taxa de mortalidade, preservando a vida e a saúde de indivíduos vulneráveis. Dessa forma, atender a essa necessidade é fundamental para que o hospital possa cumprir sua missão de prestação de serviços de saúde de qualidade e contribuir para o bem-estar social.

Em resumo, a necessidade de adquirir ventiladores pulmonares de alta frequência no Hospital Universitário de Maringá é uma medida urgente e imprescindível, dada a realidade enfrentada pelos serviços de saúde em nossa região. Este investimento potencializa a capacidade de resposta do hospital, assegurando a assistência adequada a uma população que depende desse suporte vital, demonstrando assim um compromisso efetivo com a promoção da saúde e a garantia do direito à vida.

A memória de cálculo utilizado resultou no quantitativo total conforme detalhado no quadro da fls. 208, mov. 19.

2.6 DEPARTAMENTO DA POLÍCIA PENAL – DEPPEN - CMP

O Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná (DEPPEN) é responsável pela execução das políticas criminais e penitenciárias, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 104, de 5 de dezembro de 2019, que instituiu a Polícia Penal como órgão integrante da Segurança Pública, vinculado ao administrador do sistema penal da respectiva unidade federativa (§ 5º-A do art. 144 da CF/1988).

Em 1º de janeiro de 2023, com a promulgação da Lei nº 21.352, foram revogadas legislações anteriores, ratificando a competência da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR) para a custódia de Pessoas Privadas de Liberdade (PPL), bem como para a supervisão e fiscalização da execução das penas privativas de liberdade e para a promoção de educação e qualificação profissional dos custodiados, ficando todas as atividades penitenciárias vinculadas e amparadas pela SESP.

A assistência à saúde das pessoas privadas de liberdade é assegurada como direito social pela Constituição Federal de 1988, regulamentada pela Lei nº 8.080/1990, que institui o Sistema Único de Saúde (SUS), e prevista nas diretrizes da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984). A LEP estabelece medidas de caráter preventivo e curativo no interior do sistema penitenciário, garantindo que o acesso à saúde observe os princípios da equidade, integralidade e universalidade.

Como desdobramento dessas garantias legais, foi instituída a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), pela Portaria Interministerial nº 01/2014, a qual estabelece a integralidade da atenção à saúde dessa população, abrangendo ações de promoção, proteção, prevenção, assistência, recuperação e vigilância em saúde, nos diferentes níveis de atenção.

O ambiente prisional concentra uma população heterogênea, com diferentes agravos de saúde semelhantes aos da população geral, mas frequentemente agravados pelas condições de confinamento e pela superlotação. Esse cenário exige uma estrutura de saúde robusta, com equipamentos, insumos e



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 45 de 85)

materiais adequados para atender de forma resolutiva às demandas assistenciais em suas diversas especificidades.

Nesse contexto, o DEPPEN mantém a Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), anexa ao Complexo Médico Penal (CMP), responsável pela gestão de todas as etapas da assistência farmacêutica, bem como pela provisão de insumos e equipamentos de saúde. Essa estrutura contribui para garantir atenção integral, contínua e de qualidade às necessidades de aproximadamente 44.319 pessoas privadas de liberdade, distribuídas em 199 estabelecimentos prisionais no Paraná.

Diante desse panorama, fundamenta-se a necessidade premente e estratégica de aquisição de um ventilador pulmonar de transporte para o Complexo Médico Penal do Paraná, unidade de referência em saúde que realiza atendimentos clínicos, psiquiátricos e pós-cirúrgicos de caráter ambulatorial, servindo também como suporte especializado para as demais unidades penais do Estado.

No sistema prisional, a disponibilidade de ventilação mecânica de transporte é imprescindível para garantir assistência segura e contínua a custodiados em situações de urgência ou instabilidade respiratória, tanto no deslocamento interno entre setores da unidade quanto em transferências externas para serviços hospitalares. A ausência desse equipamento compromete a segurança do paciente e da equipe de saúde, podendo agravar quadros clínicos críticos e elevar o risco de óbito.

Assim, a aquisição proposta constitui medida indispensável para assegurar atendimento de acordo com as normas técnicas e protocolos de cuidado, fortalecendo a capacidade de resposta do serviço de saúde no sistema prisional. A compra por meio de registro de preços representa, ainda, uma solução estratégica e eficiente, que garante economicidade, padronização e disponibilidade do equipamento, contribuindo para o cumprimento das obrigações legais e éticas do Estado na tutela da saúde da população privada de liberdade.

A memória de cálculo foi realizada da seguinte maneira:

- Incidência anual estimada de eventos que exigem ventilação durante transporte: 1,0% ($i = 0,01$).
- Duração média de uso por evento: 6 horas ($d_h = 6\text{ h}$).
- Disponibilidade operacional do equipamento (manutenção/higienização/recarga de baterias): 70% ($a = 0,7$).
- Simultaneidade máxima esperada: 1 paciente ($s = 1$).
- Reserva técnica mínima: 1 unidade (backup).

Cálculo:

1. Demanda anual (D) = $N \times i = 500 \times 0,01 = 5$ eventos/ano.
2. Duração média por evento em dias: $d = 6 \div 24 = 0,25$ dia.
3. Capacidade teórica por dispositivo: $C_{\text{max}} = 365 \div d = 365 \div 0,25 = 1.460$ eventos/ano.
4. Capacidade operacional: $C = C_{\text{max}} \times a = 1.460 \times 0,7 = 1.022$ eventos/ano.
5. Quantidade técnica: $Q_{\text{tec}} = \text{ceil}(D \div C) = \text{ceil}(5 \div 1.022) = 1$ dispositivo.
6. Ajuste por simultaneidade e reserva: $Q_{\text{final}} = \max(Q_{\text{tec}}, s) + \text{reserva} = \max(1,1) + 1 = 2$
7. dispositivos.

Resultado e recomendação: Recomenda-se a aquisição de 2 (duas) unidades de ventilador pulmonar, sendo uma para operação e uma para reserva técnica. Esta quantidade atende à demanda estimada com margem de segurança para manutenção, eventual simultaneidade e indisponibilidade técnica.

Verificou-se no Sistema GMS que não existe Ata de Registro de Preço vigente para os objetos do futuro certame.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 46 de 85)

3.1 O Descritivo Técnico dos objetos encontra-se no Item 1.2 deste Termo de Referência.

3.2 A futura aquisição será realizada por contrato de 06 (seis) meses, com possibilidade de prorrogação caso o objeto não seja concluído no prazo originalmente estabelecido.

3.3 Prazo de entrega/execução: 120 (cento e vinte) dias, contados do recebimento empenho.

3.4 Locais de entrega: consta no Item 1.4 deste Termo de Referência.

3.5 Amostra:

-Prazo para o envio da amostra: 07 dias úteis, a contar da data em que, após a publicação do edital, a Comissão Permanente de Licitação (CPL) formalizar a solicitação de proposta à empresa participante.

- Quantidade de amostras exigidas por item: Lote 01 – 01 (uma) amostra, equipamento completo com todos acessórios definidos no Termo de Referência. Lote 02 – 01 (uma) amostra, equipamento completo com todos acessórios definidos no Termo de Referência.

3.6 ASSISTÊNCIA TÉCNICA / SUPORTE TÉCNICO

3.6.1.1 A CONTRATADA deverá prestar o atendimento presencial, em no máximo 03 (três) dias úteis nos casos de acionamento para realização de manutenção corretiva e preventiva;

3.6.1.2 A Assistência Técnica Autorizada deverá possuir estrutura adequada para execução de possíveis reparos em bancada, com registro da atividade voltada à manutenção de equipamentos eletromédicos;

3.6.1.3 A CONTRATANTE se reserva ao direito de auditar e/ou inspecionar o local da Assistência Técnica Autorizada, no intuito de averiguar se a mesma possui condições técnicas adequadas e qualificadas para realizar as manutenções e/ou reparos no equipamento;

3.6.1.4 O(s) Técnico(s) e/ou Engenheiro(s) da Assistência Técnica Autorizada designados para o atendimento da CONTRATANTE deverão apresentar registro regular e ativo no Conselho de Classe local;

3.6.1.5 O(s) Técnico(s) e/ou Engenheiro(s) da Assistência Técnica Autorizada designados para o atendimento da CONTRATANTE devem apresentar certificado(s) de capacitação técnica (treinamento ou cursos) de instalação, manutenção corretiva e preventiva do equipamento objeto do certame.

3.7 GARANTIA

3.7.1 Concessão de plena garantia do Fabricante para os equipamentos, acessórios e mão de obra, contra defeitos de fabricação, a contar da data da certificação da Nota Fiscal;

3.7.2 Garantia plena total do Fabricante de 02 (dois) anos;

3.7.3 Após finalizar as entregas, deverá fornecer Certificado de Garantia do Fabricante;

3.7.4 Durante a vigência da garantia a CONTRATADA deverá incluir e/ou substituir toda e qualquer peça que se faça necessária, tais como: kit de preventiva, bateria, etc., que decorra de procedimento de manutenção preventiva, manutenção corretiva, por desgaste anormal ou por segurança, previsto no manual do fabricante, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, inclusive com mão de obra;

3.7.5 As manutenções preventivas e corretivas deverão ser realizadas apenas através de Assistência Técnica Autorizada do fabricante;

3.7.6 As manutenções preventivas no equipamento e acessórios deverão ser realizadas com periodicidade não superior ao previsto no manual do fabricante, sem qualquer ônus à CONTRATANTE;

3.7.7 Na realização das manutenções ou instalações, todos os custos de deslocamento (frete, seguro, impostos, entre outros) de equipamentos, acessórios, peças e mão de obra, deverão correr por conta exclusiva da CONTRATADA;

3.7.8 Nos casos de manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá comparecer no local da CONTRATANTE em até 03 (três) dias úteis (a contar da data da abertura do chamado), devendo solucionar o problema em até 02 (dois) dias úteis (a contar da data da visita técnica), quando não houver necessidade de substituição de peças;

3.7.9 Se durante a manutenção corretiva ou preventiva for constatada a necessidade de substituição de peças, a CONTRATADA deverá solucionar o problema em até 10 (dez) dias úteis (a contar da data da visita técnica);

3.7.10 Caso a CONTRATADA não venha atender ao prazo definido no item anterior, a mesma deverá fornecer e instalar equipamento de backup igual ou similar original até a solução definitiva do problema;

3.7.11 No momento da entrega do equipamento a CONTRATADA deverá agendar com o Fiscal do Contrato, a manutenção preventiva ou substituição de peças definidas no manual do fabricante dentro do período de garantia.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 47 de 85)

3.8 NORMAS, REGISTROS E CERTIFICAÇÕES

3.8.1 Registro na ANVISA e vigente;

3.8.2 NBR IEC 60601-1 - Equipamento eletromédicos;

3.9 MANUAIS E TREINAMENTO (SEM ÔNUS AO CONTRATANTE)

3.9.1 Fornecimento de manual de usuário impresso e em português;

3.9.2 Fornecimento de manual técnico (serviço) completo (não será aceito manual de usuário em substituição do manual técnico / serviço) em português ou inglês, em PDF colorido, contendo no mínimo: diagramas em blocos, esquemas pneumáticos, vista explodida das peças e partes com part-number / referências, ajustes e configurações, procedimentos de (teste de desempenho, manutenção corretiva e preventiva, lubrificações, montagem e desmontagem);

3.9.3 Os manuais (usuário e técnico) deverão ser entregues conjuntamente ao equipamento;

3.9.4 A CONTRATADA deverá fornecer treinamento operacional para toda equipe de médicos, usuários do equipamento, técnicos / engenheiros da Engenharia Clínica do CONTRATANTE, para todos turnos de trabalho;

3.9.5 As datas e horários do treinamento operacional deverão ser agendadas na data de entrega do equipamento, junto à Gerência do setor de uso do equipamento ou outra pessoa designada pelo CONTRATANTE;

3.10 INSTALAÇÃO E CALIBRAÇÃO:

3.10.1 Instalação e calibração dos equipamentos (aplicáveis), periféricos e acessórios previstos no Termo de Referência ou no manual fabricante, sendo de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

3.10.2 O transporte dos materiais, ferramentas, equipamentos e acessórios pertencentes ao equipamento ou necessários para a instalação e calibração, são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE.

3.11 ENTREGA E EMBALAGEM

3.11.1 A entrega deverá ser feita livre de despesas como: frete, embalagem, seguro, impostos, taxas, cargas e descarga, sem qualquer ônus a CONTRATANTE;

3.11.2 Por ocasião da entrega será obrigatório constar nas notas fiscais ou em relação específica, as quantidades entregues por lote;

3.11.3 Das embalagens: os produtos deverão ser entregues em embalagens que garantam sua integridade e facilite o armazenamento e a movimentação;

3.11.4 Nas embalagens internas e externas deverá constar quantidade, lote e validade (se aplicável).

3.12 OUTROS E RECEBIMENTO

3.12.1 Após a entrega do equipamento pela transportadora à CONTRATANTE, faz-se obrigatório o comparecimento de Representante da CONTRATADA, em até 5 (cinco) dias úteis, para juntamente com o Fiscal do Contrato, averiguar se todos itens forem entregues, se estes estão íntegros e em conformidade com o previsto no Termo de Referência;

3.12.2 Se durante a avaliação for identificada qualquer não conformidade com o previsto no Termo de Referência, a CONTRATADA será notificada, devendo substituir o item (integralmente) ou entregar item pendente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da avaliação;

3.12.3 Durante avaliação / recebimento até a certificação da(s) nota(s) fiscal(is), qualquer item com avarias ou defeitos deverá ser substituído na íntegra, não será aceito reparo da mesma ou troca de componentes.

3.12.4 A certificação da Nota Fiscal só ocorrerá após o atendimento de todos os itens previstos neste Termo de Referência, incluindo entrega dos manual e treinamento.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 48 de 85)

4 PESQUISA DE PREÇOS

Atestamos que a pesquisa de preço foi realizada em conformidade ao artigo 296, 368, 369 e 370 do Decreto Estadual 10.086/2022. Os meios utilizados para a composição da cesta de preços, visando aferir o preço de mercado com a maior amplitude possível de fontes, foram:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços, nos bancos de preços do Sistema GMS, ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP):

(x) Banco de Preços em Saúde

(https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI_DEMAS_BPS/SEIDIGI_DEMAS_BPS.html)

(x) Módulo Pesquisa de Preços do compras.gov

II - Preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período máximo de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente:

(x) Sistema GMS (www.gms.pr.gov.br)

(x) Portal da Transparência do Paraná (www.transparencia.pr.gov.br – Módulo “Compras” > “Licitações” / ou “Contratos” / ou “Preços Registrados”)

(x) Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://pncp.gov.br> – Módulo “Contratações” > “Editais” / ou “Atas de Registro de Preços” / ou “Contratos”)

No Portal da Transparência do Paraná, não foram localizados resultados válidos para o Lote 1, que contempla o ventilador pulmonar de alta performance. Essa ausência se deve à elevada complexidade do equipamento, que integra múltiplos modos ventilatórios adaptativos (como ASV, PRVC e SmartCare), monitoramento em tempo real da mecânica respiratória, algoritmos de proteção pulmonar, desmame automatizado, compatibilidade com alto fluxo nasal (HFNC) e sistemas de segurança embarcados, incluindo alarmes inteligentes e autodiagnóstico. Devido à alta complexidade tecnológica e à necessidade de operação em pacientes críticos com quadros respiratórios complexos, poucos processos licitatórios incluem este tipo de equipamento. Contudo, para o Lote 2, referente a ventilador pulmonar, foi localizado um registro semelhante no Pregão Eletrônico nº 1508/2024, realizado pela UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, no valor de R\$ 138.072,00. O valor foi atualizado conforme o índice de correção apresentado na tabela abaixo, e os relatórios válidos encontrados foram anexados ao processo.

No Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, foram inicialmente identificados três editais como possíveis resultados para o lote 1, referente ao Ventilador Pulmonar de Alta Performance, e dois editais para o lote 2, referente ao Ventilador Pulmonar. Entretanto, após análise detalhada do conteúdo de cada edital, constatou-se que se tratam de objetos distintos, cujas especificações técnicas não atendem à complexidade exigida pelo descritivo técnico deste processo. Essa divergência em termos de complexidade e detalhamento técnico inviabiliza a utilização desses editais como referência adequada para o balizamento de preços, considerando que os objetos em questão demandam parâmetros mais rigorosos e específicos para assegurar a qualidade e funcionalidade esperadas.

V - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores ou prestadores de serviços, conforme o caso, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores:

a) Como foram selecionados os contatos dos fornecedores do ramo?

(x) Histórico de compras anteriores

(x) Busca livre na internet

b) Quantidade de contatos de fornecedores selecionados para envio da pesquisa de preço: 92

c) Justificativa da escolha dos fornecedores selecionados:

(x) O fornecedor possui ampla experiência no mercado e é referência no fornecimento do item/serviço;

(x) O fornecedor já prestou serviços semelhantes para órgãos públicos, garantindo qualidade e cumprimento dos prazos.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 49 de 85)

(x) O fornecedor já participou de contratações anteriores com a administração pública, apresentando bom desempenho.

d) Forma de contato: (x) e-mail (x) telefone

e) Período de duração da pesquisa de preços: 40 dias úteis

f) Quantidade de cotações recebidas: 05

g) Quantidade de negativas de cotações recebidas: 16

h) Quantidade de fornecedores que não responderam: 70

j) Conferência das cotações recebidas:

- O descritivo técnico condiz com o objeto a ser adquirido/contratado? (x) Sim

- A quantidade está correta? (x) Sim

- A proposta está válida? (x) Sim

- A proposta está assinada? (x) Sim

(x) Declaramos que cada fornecedor/prestador de serviço consultado na pesquisa de preço foi informado quanto às especificações técnicas exigidas as quantidades definidas pelo Estudo Técnico Preliminar, e consolidadas no termo de referência da contratação.

Optou-se pela Média Saneada, devido ao coeficiente de variação entre os valores do mapa de preço ter ultrapassado 25%, representando assim uma amostra heterogênea – com variação considerável. A média saneada é uma métrica que calcula os limites inferiores (subtrai-se o Desvio Padrão da Média) e superiores (soma-se o Desvio Padrão à Média), os valores abaixo do limite inferior e acima do limite superior são suprimidos da amostra e realiza-se uma nova média apenas com os valores válidos. Essa métrica possibilita maior segurança e assertividade na definição do preço máximo, por este motivo foi adotada.

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 O objeto será dividido em 02 (dois) lotes e cada lote é composto por um único item para fins de disputa e adjudicação.

5.2 Não será adotado o parcelamento, pois cada lote trata de um item único e indivisível, cuja funcionalidade depende da entrega completa e integrada de seus componentes.

6 SUSTENTABILIDADE

O contratado adotará as seguintes práticas e/ou critérios de sustentabilidade, baseado nos artigos 361 a 364 do Decreto 10.086/2022:

Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;

Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

OBS: Será exigida do contratado declaração de atendimento e responsabilização quanto à logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo, conforme legislação vigente, garantindo destinação final ambientalmente adequada, no limite da proporção fornecida ao Poder Público.

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 Não será concedido nenhum tratamento diferenciado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme os artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, e não apenas o disposto no artigo 48.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 50 de 85)

Essa decisão se baseia no fato de que cada lote licitado ultrapassa o limite de valor estabelecido no artigo 4º, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, que condiciona a aplicação de tratamento diferenciado ao cumprimento de certos critérios de valor.

8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

O(s) objeto(s) dessa licitação é(são) classificado(s) como bem(ns) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

9.1. O prazo de entrega dos bens é de 120 (cento e vinte) dias, contados do(a) assinatura do contrato, no endereço indicado no Anexo VI deste edital.

9.2 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 02 (anos) do prazo total recomendado pelo fabricante.

9.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7 o Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.8 Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VIII (minuta do contrato).

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 51 de 85)

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista no Art. 92, inciso XVII, da Lei Federal 14.133/2021, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.11 A CONTRATADA deverá prestar o atendimento presencial, em no máximo 03 (três) dias úteis nos casos de acionamento para realização de manutenção corretiva e preventiva;

10.1.12 A Assistência Técnica Autorizada deverá possuir estrutura adequada para execução de possíveis reparos em bancada, com registro da atividade voltada à manutenção de equipamentos eletromédicos;

10.1.13 A CONTRATANTE se reserva ao direito de auditar e/ou inspecionar o local da Assistência Técnica Autorizada, no intuito de averiguar se a mesma possui condições técnicas adequadas e qualificadas para realizar as manutenções e/ou reparos no equipamento;

10.1.14 O(s) Técnico(s) e/ou Engenheiro(s) da Assistência Técnica Autorizada designados para o atendimento da CONTRATANTE deverão apresentar registro regular e ativo no Conselho de Classe local;

10.1.15 O(s) Técnico(s) e/ou Engenheiro(s) da Assistência Técnica Autorizada designados para o atendimento da CONTRATANTE devem apresentar certificado(s) de capacitação técnica (treinamento ou cursos) de instalação, manutenção corretiva e preventiva do equipamento objeto do certame.

10.1.16 Concessão de plena garantia do Fabricante para os equipamentos, acessórios e mão de obra, contra defeitos de fabricação, a contar da data da certificação da Nota Fiscal;

10.1.17 Garantia plena total do Fabricante de 02 (dois) anos;

10.1.18 Após finalizar as entregas, deverá fornecer Certificado de Garantia do Fabricante;

10.1.19 Durante a vigência da garantia a CONTRATADA deverá incluir e/ou substituir toda e qualquer peça que se faça necessária, tais como: kit de preventiva, bateria, etc., que decorra de procedimento de manutenção preventiva, manutenção corretiva, por desgaste anormal ou por segurança, previsto no manual do fabricante, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, inclusive com mão de obra;

10.1.20 As manutenções preventivas e corretivas deverão ser realizadas apenas através de Assistência Técnica Autorizada do fabricante;

10.1.21 As manutenções preventivas no equipamento e acessórios deverão ser realizadas com periodicidade não superior ao previsto no manual do fabricante, sem qualquer ônus à CONTRATANTE;

10.1.22 Na realização das manutenções ou instalações, todos os custos de deslocamento (frete, seguro, impostos, entre outros) de equipamentos, acessórios, peças e mão de obra, deverão correr por conta exclusiva da CONTRATADA;

10.1.23 Nos casos de manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá comparecer no local da CONTRATANTE em até 03 (três) dias úteis (a contar da data da abertura do chamado), devendo solucionar o problema em até 02 (dois) dias úteis (a contar da data da visita técnica), quando não houver necessidade de substituição de peças;

10.1.24 Se durante a manutenção corretiva ou preventiva for constatada a necessidade de substituição de peças, a CONTRATADA deverá solucionar o problema em até 10 (dez) dias úteis (a contar da data da visita técnica);



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 52 de 85)

10.1.25 Caso a CONTRATADA não venha atender ao prazo definido no item anterior, a mesma deverá fornecer e instalar equipamento de backup igual ou similar original até a solução definitiva do problema;

10.1.26 No momento da entrega do equipamento a CONTRATADA deverá agendar com o Fiscal do Contrato, a manutenção preventiva ou substituição de peças definidas no manual do fabricante dentro do período de garantia.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no

valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 53 de 85)

11.4 Para a **SESA** as notas fiscais devem ser emitidas em nome do **Fundo Estadual de Saúde**, CNPJ: 08.597.121/0001-74, Rua Piquiri 170, Rebouças, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.4.1 Para as vendas a serem realizadas para **FUNEAS**, as notas fiscais devem ser emitidas em nome da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, CNPJ 24.039.073/0001-55, Rua do Rosário, 144, 10º andar, Curitiba/PR, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.4.2 Para as vendas a serem realizadas pelo **HPM**, as notas fiscais poderão ser emitidas em nome da Secretaria de Estado da Segurança Pública, CNPJ 76.416.932/0001/8, ou pelo Fundo Especial Secretaria de Estado da Segurança Pública, CNPJ 14.869.229/0001-71, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque. Solicitamos que antes de gerar nota fiscal entrar em contato com o Setor de Compras, pelo telefone (41) 3218-3544.

11.4.3 Para as vendas a serem realizadas pela **UEM**, as notas fiscais devem ser emitidas em nome da Universidade Estadual de Maringá, CNPJ 79.151.312/0001-56 ou pelo Fundo Estadual de Saúde, CNPJ 08.597.121/0001-74, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque. Solicitamos que antes de gerar nota fiscal entrar em contato com o Setor de Compras, pelo telefone (44) 3011-9197.

11.4.5 Para as vendas a serem realizadas pelo **DEPPEN-CMP**, as notas fiscais devem ser emitidas em nome da Secretaria de Estado da Segurança Pública, CNPJ 76.416.932/0001-81, Avenida Ivone Pimentel, s/n CEP: 83.320-0000, Pinhais/PR, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II deste edital:

12.3.1 Prova de atendimento aos requisitos de qualificação técnica prevista no art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 54 de 85)

12.3.2 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

12.3.3 Entende-se por compatibilidade das características e quantidades, o fornecimento do objeto deste processo em quantidade de no mínimo 40 % (quarenta por cento), em relação a quantidade exigida para cada. A exigência de um percentual de 40% de atestado de capacidade técnica para a participação no certame referente ao Ventilador Pulmonar justifica-se pela complexidade e criticidade desse equipamento na área da saúde. A exigência de 40% de atestado de capacidade técnica é uma medida que visa assegurar a qualidade, segurança e eficiência na contratação de um equipamento tão crítico quanto o Ventilador Pulmonar, garantindo que apenas fornecedores qualificados e experientes participem do processo licitatório.

12.3.3.1 Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

12.4 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

12.4.1 Valor global: **R\$ 44.877.357,28 (Quarenta e quatro milhões, oitocentos e setenta e sete mil, trezentos e cinquenta e sete reais e vinte e oito centavos)**

12.4.2 Valores unitários: conforme planilha de composição no item 1.1 do objeto.

12.5 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

12.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

12.7 É permitido o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

12.8 Requisitos de habilitação complementares.

12.8.1 Registro na ANVISA e vigente;

12.8.2 NBR IEC 60601-1 - Equipamento eletromédicos;

13 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14.SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

A não aceitação da subcontratação do objeto licitatório se justifica, em primeiro lugar, pela necessidade de assegurar total compatibilidade técnica entre os ventiladores pulmonares adquiridos e os protocolos clínicos e operacionais da Unidade de Terapia Intensiva do Complexo Hospitalar do Trabalhador – CHT. Tais equipamentos são fundamentais para o suporte ventilatório de pacientes críticos, especialmente neurocríticos e portadores de disfunções respiratórias complexas, cuja assistência demanda recursos sofisticados e ajustáveis, em conformidade com as normativas da ANVISA, em especial as Resoluções RDC nº 63/2011 e RDC nº 509/2021, que regulam requisitos técnicos e a segurança dos equipamentos médico-hospitalares, reforçando a urgência e importância desta contratação.

A aquisição de ventiladores por fornecedores distintos pode comprometer a uniformidade dos padrões técnicos, resultando em risco de incompatibilidades, falhas operacionais, interrupções nos atendimentos e prejuízos diretos à segurança e à eficácia da assistência prestada. A integridade funcional dos ventiladores depende do fornecimento de equipamentos completos, originais e devidamente homologados pelos fabricantes, garantindo rastreabilidade, aderência técnica e performance confiável em todos os leitos críticos. Adicionalmente, o fornecimento integral e coordenado por um único responsável facilita o controle de



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 55 de 85)

qualidade, a logística de reposição, suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva, aspectos indispensáveis em ambiente hospitalar de alta complexidade como o CHT. Nesse contexto, a vedação à subcontratação visa garantir a segurança clínica, a continuidade do serviço e o cumprimento eficiente das obrigações contratuais, em conformidade com os princípios da Administração Pública e as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não se faz necessário, neste caso concreto, pois se trata de aquisição de bens e que seu pagamento só será realizado após a efetivação da entrega, não correndo, assim, qualquer risco à administração de não execução contratual.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

16.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 21 meses, totalizando 24 (vinte e quatro) meses ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao fim do prazo da garantia legal. (Justificar a exigência de garantia e o prazo estabelecido)

16.2 Considerando que se trata de equipamentos eletromédicos de alta complexidade, elevado custo e uso contínuo e intensivo, aplicados em pacientes em estado crítico nas Unidades de Terapia Intensiva, justifica-se a exigência de garantia estendida de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses. Tal medida visa assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos durante sua fase inicial de operação, período em que eventuais falhas podem comprometer diretamente a assistência prestada e a segurança do paciente. Além disso, a extensão da garantia representa uma estratégia de mitigação de riscos operacionais e financeiros, ao assegurar cobertura técnica e de peças de reposição durante o ciclo de amortização do investimento público, promovendo a economicidade, previsibilidade orçamentária e continuidade dos serviços hospitalares essenciais.

17 VIGÊNCIA:

17.1 Da vigência da ata de registro de preços.

17.1.1 A ata de registro de preços terá vigência de um ano, passível de prorrogação por igual período.

17.1.2 O prazo de vigência inicial conta-se a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas.

17.1.3 Na prorrogação da vigência inicial da ata de registro de preços pode haver a renovação dos quantitativos registrados em relação a cada item, até o limite do quantitativo original.

17.1.4 A prorrogação independe da existência de saldo em relação aos itens que a compõem

17.2 O prazo de prorrogação é uno, observado o seguinte:

17.2.1 admite-se a prorrogação antecipada da ata quando houver o esgotamento de, ao menos, um de seus itens;

17.2.2 a prorrogação de um item implica prorrogação dos demais, na mesma data;

17.2.3 a prorrogação da ata em relação a item cujo saldo tenha esgotado implica na prorrogação da ata em relação aos demais, na mesma data;

17.2.4 havendo prorrogação antecipada, o prazo de um ano conta-se a partir daquela data, aplicando-se para todos os itens.

17.3 O ato de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

17.3.1 comprovação que as condições previstas e os preços registrados permanecem vantajosos;

17.3.2 - indicação expressa do termo inicial e final do prazo de prorrogação e do quantitativo renovado em relação a cada item, que poderá ser parcial ou total.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 56 de 85)

17.4 Da vigência do contrato

17.4.1. O contrato a ser firmado terá vigência de 06 meses, com possibilidade de prorrogação caso o objeto não seja concluído no prazo originalmente estabelecido.

18. DO REAJUSTAMENTO.

18.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

18.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado 17/04/2026.

18.1.2 O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até 30 (trinta) dias antes do fim de cada período de doze meses.

18.1.3 Se o pedido de reajuste não for protocolado no prazo acima, a vigência do reajuste não poderá retroceder além da data do pleito.

18.1.4 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio. 17.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

18.4. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

19. DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecendo o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

19.1.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata depende de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

19.1.2 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA, tendo por termo inicial a data do orçamento estimado e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

19.1.2.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

19.1.2.2 Transcorrido o período citado no item 19.1.2.1 sem o requerimento, a concessão do reajuste será apurada por procedimento próprio.

19.2 Data do orçamento estimado: 17/04/2026.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 57 de 85)

21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 27 de abril de 2026

Responsável pela compilação de informações no Termo de Referência apresentada pelas unidades / órgãos participantes:

(assinado eletronicamente)

Pâmela Lubian

Enfermeira

Coordenação de Governança em Aquisições

CGOV/DAD/SESA

Chefia Imediata:

(assinado eletronicamente)

Marcos Paulo do Carmo

Coordenador de Governança em Aquisições

SESA/DAD/CGOV



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 58 de 85)

ANEXO II
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1 Os licitantes poderão apresentar extrato do CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor do Governo Federal (SICAF) ou do Governo Estadual (PR) CAUFPR, e os documentos abaixo descritos, salvo os já estejam contemplados e válidos nos referidos certificados:

1.1.1 Os cadastros de fornecedor do Estado do Paraná ou da União poderão ser obtidos nos seguintes link <https://www.administracao.pr.gov.br/Compras> e <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.2.1 Registro na ANVISA e vigente em especial as Resoluções RDC nº 63/2011 e RDC nº 509/2021.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 59 de 85)

LG = -----;
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total
SG = -----;
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante
LC = -----; e
Passivo Circulante

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a **1,36** no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a **1,60** no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a **1,52** no índice de Liquidez Corrente (LC).

1.4.1.5.1 Os indicadores previstos no edital serão calculados por exercício, de forma a apresentar dois conjuntos de indicadores relativos a cada período a que se referem as demonstrações contábeis. (Incluído pelo Decreto 7389 de 23/09/2024).

1.4.1.5.2 As empresas deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente, caso não atenda os índices econômicos exigidos.

1.4.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

1.5.1.1 Entende-se por compatibilidade das características e quantidades, o fornecimento do objeto deste processo em quantidade de no mínimo **40 % (quarenta por cento)**, em relação a quantidade exigida para cada lote.

1.5.1.2 Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

1.5.2 **NBR IEC 60601-1 - Equipamento eletromédicos**

1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).

1.7 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.8 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.320.008-3

Pregão Eletrônico nº 1954/2025

– EDITAL (página 60 de 85)

ANEXO III
MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1954 Ano: 2025

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:			
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :		
Endereço :			
Bairro:			
CEP:	Cidade:	Estado:	
Telefone:	Fax:	e-mail:	
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	

Constitui objeto desta licitação: Aquisição de central de **Ventilador Pulmonar**, para atender à Secretaria da Saúde do Paraná.

1. Especificações técnicas:

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
	Ventilador Pulmonar de Alta Performance CÓDIGO GMS 6515.108010 CATMAT 427770	112	R\$	R\$	R\$	R\$	

Lote 2	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
	Ventilador Pulmonar CÓDIGO GMS 6515.108015 CATMAT 427770	122	R\$	R\$	R\$	R\$	

2. A validade da proposta é de **120 (cento e vinte)** dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de “operação interna”, conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

4.1 as empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

4.2 para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo n° **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico n° **1954/2025**

– EDITAL (página 61 de 85)

ANEXO IV
MODELO DE PROCURAÇÃO¹

OUTORGANTE: **XXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por **XXXXXXXXXX**, portador da Carteira de Identidade n.º **XXXXXXXXXX**, CPF n.º **XXXXXXXXXX**, residente e domiciliado na Rua **XXXXXXXXXX**, n.º **XXXXXXXXXX**, Cidade **XXXXXXXXXX**, Estado **XXXXXXXXXX**, CEP **XXXXXXXXXX**.

OUTORGADO: **XXXXXXXXXX**, portador da Carteira de Identidade n.º **XXXXXXXXXX**, e do CPF n.º **XXXXXXXXXX**, residente e domiciliado no(a) **XXXXXXXXXX**, n.º **XXXXXXXXXX**, Cidade **XXXXXXXXXX**, Estado **XXXXXXXXXX**, CEP **XXXXXXXXXX**.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º **1954/2025**, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

1A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 62 de 85)

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 63 de 85)

ANEXO VI
ÓRGÃOS PARTICIPANTES E LOCAIS DE ENTREGA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESA

Local de Entrega: HOSPITAL DO TRABALHADOR – HT
ENDEREÇO: AV. REPÚBLICA. ARGENTINA, 4406 – NOVO MUNDO,
CURITIBA – PR – CEP: 81050-000, Setor: Setor Almoxarifado

Responsável pelo Recebimento: A/C Coordenador do Almoxarifado

Telefone: (41) 3212-5875 (eletromedicinaht@gmail.com)

Horário de Funcionamento: 08:00 h às 16:30 h.

CENTRO HOSPITALAR DE REABILITAÇÃO - CHR

Local de Entrega: CENTRO HOSPITALAR DE REABILITAÇÃO - CHRENDEREÇO RUA QUINTINO
BOCAIUVA, 329 – CABRAL - Setor Almoxarifado
CURITIBA – PR – CEP: 80035-090, Setor: Gerência Eletromedicina – GEL

Responsável pelo Recebimento: A/C Coordenador do Almoxarifado

Telefone: (41) 3212-5875 (eletromedicinaht@gmail.com)

Horário de Funcionamento: 08:00 h às 16:30 h.

HOSPITAL OSWALDO CRUZ - HOC

Local de Entrega: HOSPITAL OSWALDO CRUZ - HOC
ENDEREÇO: RUA. UBALDINO DO AMARAL, 545 - ALTO DA XV
CURITIBA - PR, 82590-300, Setor: Almoxarifado

Responsável pelo Recebimento: A/C Coordenador do Almoxarifado

Telefone: (41) 3212-5875 (eletromedicinaht@gmail.com)

Horário de Funcionamento: 08:00 h às 16:30 h.

HOSPITAL OSWALDO CRUZ - HOC

Local de Entrega: HOSPITAL OSWALDO CRUZ - HOC
Endereço: Rod. do Xisto, 476 - nº 63 – Ronda 83751-530 - Lapa - PR

Responsável pelo Recebimento: A/C Coordenador do Almoxarifado - setor almoxarifado

Telefone: (41) 3212-5875 eletromedicinaht@gmail.com

Horário de Funcionamento: Segunda à Sexta – feira das 8h às 16:30h.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 64 de 85)

HOSPITAL LUIZA BORBA CARNEIRO

Local de Entrega: HOSPITAL LUIZA BORBA CARNEIRO

Endereço: Rua Frei Gaudêncio, 417 - Centro CEP: 84 300-051 Cidade: Tibagi-PR

Responsável pelo Recebimento: Gustavo Henrique Machado

Telefone: (42) 3275-2500 Gustavo Henrique Machado

Horário de Funcionamento: Segunda à Sexta – feira das 08:00 – 12:00 – 13:30 – 17:30 hrs

DEPPEN - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL DO ESTADO DO PARANÁ

Local de Entrega: Complexo Médico Penal

Endereço: Avenida Ivone Pimentel, nº 1639, Parque das Nascentes, Pinhais-PR
CEP: 83.327-700

Responsável pelo Recebimento: Rene Pereira de Castro ou Manoel Adolar Machado Junior

Telefone: 41 3661 3078 caf.deppen@policiapenal.pr.gov.br

Horário de Funcionamento: Segunda à Sexta – feira Período Matutino: das 09:00 às 11:00 horas;
Período vespertino: das 13:30 às 16:00 horas

PMMP – HPM - HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR

Local de Entrega: Local: Hospital da Policia Militar do Paraná – Setor de Patrimônio

Logradouro Av. Prefeito Omar Sabbag nº 894 – Jardim Botânico

CEP 80.2010-000 Cidade Curitiba/PR

Responsável pelo Recebimento: 3º Sgt. QPM 1-0 Denilson José dos Santos

Telefone:(41) 3218-3605 hpm.hotelaria@yahoo@com.br

Horário de Funcionamento: Segunda à Sexta – feira das 08:00 às 14:00

FUNEAS - FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PR

Local de Entrega: Hospital Infantil Waldemar Monastier – HIWM

Endereço: Rua XV de Novembro 3701 - Centro Campo Largo-PR CEP: 83.601-030

Responsável pelo Recebimento: Pitter Diorginnes de Oliveira

Telefone: (41) 3391-8122 Fax: (41) 3391-8122 pitteroliveira@sesa.pr.gov.br

Horário de Funcionamento: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 65 de 85)

Hospital Regional de Guaraqueçaba – HRG

Local de Entrega: Hospital Regional de Guaraqueçaba – HRG
Endereço: Avenida Ararapira s/n Bairro: Centro, Guaraqueçaba– PR CEP: 83.390-000

Responsável pelo Recebimento: Anderson pontes do Carmo

Telefone: (41) 3482-8150 / ramal 8176 anderson.carmo@sesa.pr.gov.br

Horário de Funcionamento: Segunda à Sexta –feira das 8h às 15hrs.

Hospital Regional do Litoral – HRL

Local de Entrega: Hospital Regional do Litoral – HRL
Endereço: Rua Presidente Getúlio Vargas 222 Palmital, Paranaguá-PR CEP: 83.206-020

Responsável pelo Recebimento: Ronaldo Monteiro ronaldo.monteiro@funeas.pr.gov.br

Telefone: (41) 3420-7448. Fax: (41) 3420-7400

Horário de Funcionamento: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

Hospital Regional do Norte Pioneiro – HRNP

Local de Entrega: Hospital Regional do Norte Pioneiro – HRNP
Endereço: Rua Genor Juliano 11, Jardim Monte Verde, Santo Antônio da Platina-PR
CEP: 86.430-000

Responsável pelo Recebimento: Danilo Rodrigues de Oliveira

Telefone: (43) 3534-6203

Horário de Funcionamento: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

Hospital Regional Walter Alberto Pecoits – HRSWAP

Local de Entrega: Hospital Regional Walter Alberto Pecoits – HRSWAP
Endereço: Rodovia Contorno Leste, 200 Bairro Água Branca - Francisco Beltrão-PR CEP: 85.601-839

Responsável pelo Recebimento: Celio Roberto Bet

Telefone: (46) 3520-9200 Fax: (46) 3520-9394



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 66 de 85)

Horário de Funcionamento: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

Hospital Dr. Anísio Figueiredo – Zona Norte de Londrina – HZN

Local de Entrega: Hospital Dr. Anísio Figueiredo – Zona Norte de Londrina – HZN
Endereço: Rua Odilon Braga 199, Sebastião de Melo César, Londrina-PR CEP: 86.084-600

Responsável pelo Recebimento: Adriano Costa Loiola

Telefone: (43) 3376-4600

Horário de Funcionamento: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

Hospital Dr. Eulalino Ignácio de Andrade - Zona Sul de Londrina – HZS

Local de Entrega: Endereço: Rua das Orquídeas 75, Parque Ouro Branco, Londrina-PR
CEP: 86.042-180

Responsável pelo Recebimento: Maria Claudia do Carmo Ortega mariaortega@sesa.pr.gov.br

Telefone: (43) 3374-1900

Horário de Funcionamento: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

Hospital Regional de Telêmaco Borba – HRTB

Local de Entrega: Hospital Regional de Telêmaco Borba – HRTB
Endereço: Avenida Marechal Floriano Peixoto, s/n, Jardim Monte Carlo, Telêmaco Borba-PR CEP: 84.266-010

Responsável pelo Recebimento: Every Barbosa Lobo E-mail: every.lobo@funeas.pr.gov.br

Telefone: (42) 3272-7707

Horário de Funcionamento: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

Hospital Regional de Ivaiporã – HRIV

Local de Entrega: Hospital Regional de Ivaiporã – HRIV
Endereço: Rua das Quaresmeiras, nº 55, Jardim Bela Casa - Ivaiporã/PR
CEP: 86.870-000



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 67 de 85)

Responsável pelo Recebimento: Rafael Koltun E-mail: rafael.koltun@funeas.pr.gov.br

Telefone: (43) 3484-0322

Horário de Funcionamento: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

Hospital Regional do Centro Oeste – HRCO

Local de Entrega: Hospital Regional do Centro Oeste – HRCO

Endereço: Avenida Professora Laura Pacheco Bastos, 1400, Cidade dos Lagos, Guarapuava-PR
CEP: 85.053-525

Responsável pelo Recebimento: Adam Cebulski Utri adam.utri@funeas.pr.gov.br

Telefone: (42) 3141-8400

Horário de Funcionamento: Segunda à Sexta – feira das 8h às 17h.

UEM - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Local de Entrega: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DE MARINGÁ / PATRIMONIO

Endereço: Avenida Mandacaru 1590 Parque das Laranjeiras Maringá - PR.
CEP: 87083-240 Cidade Maringá/PR

Responsável pelo Recebimento: Almoxarifado HUM (João

Telefone: (44) 3011-9112

Horário de Funcionamento: : 08:00 às 11:40 e das 14:00 às 17:30 horas



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.320.008-3

Pregão Eletrônico nº 1954/2025

– EDITAL (página 68 de 85)

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 1954/2025	PROTOCOLO Nº 24.320.008-3
DATA DE PUBLICAÇÃO:	VALIDADE DA ATA:

COORDENAÇÃO DE GOVERNANÇA EM AQUISIÇÕES CGOV/SESA, localizado Rua Piquiri, nº 170, CEP 80230-140, Curitiba, Paraná, aqui representado por XXXXXXXX, [CARGO], nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 1954/2025, homologado por XXXXXXXX, [CARGO], para a futura e a eventual aquisição de Ventilador Pulmonar, conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual aquisição de ventilador pulmonar, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com o artigo 289 do Decreto n.º 10.086, de 2022, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

SESA – SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ
FUNEAS - FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PR
DEPPEN - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL DO ESTADO DO PARANÁ
PMPR – POLICIA MILITAR DO PARANÁ -HPM
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

LOTE 01 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 01	Descrição do Objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
	Ventilador Pulmonar de Alta Performance	UNIDADE	112	UNITÁRIO	R\$	



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 69 de 85)

	CÓDIGO GMS 6515.108010 CATMAT 427770					
--	-----------------------------------------	--	--	--	--	--

LOTE 02 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 02	Descrição do Objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
	Ventilador Pulmonar CÓDIGO GMS 6515.108015 CATMAT 427770	UNIDADE	122	UNITÁRIO	R\$	

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1 A ata de registro de preços terá vigência de um ano, passível de prorrogação por igual período.

3.2 O prazo de vigência inicial conta-se a partir da publicação do extrato da ata no **Portal Nacional de Contratações Públicas**.

3.3 Na prorrogação da vigência inicial da ata de registro de preços pode haver a renovação dos quantitativos registrados em relação a cada item, até o limite do quantitativo original.

3.4 A prorrogação independe da existência de saldo em relação aos itens que a compõem.

3.5 O prazo de prorrogação é uno, observado o seguinte:

3.5.1 admite-se a prorrogação antecipada da ata quando houver o esgotamento de, ao menos, um de seus itens;

3.5.2 a prorrogação de um item implica prorrogação dos demais, na mesma data;

3.5.3 a prorrogação da ata em relação a item cujo saldo tenha esgotado implica na prorrogação da ata em relação aos demais, na mesma data;

3.5.4 - havendo prorrogação antecipada, o prazo de um ano conta-se a partir daquela data, aplicando-se para todos os itens.

3.6 O ato de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

3.6.1 comprovação que as condições previstas e os preços registrados permanecem vantajosos;

3.6.2 indicação expressa do termo inicial e final do prazo de prorrogação e do quantitativo renovado em relação a cada item, que poderá ser parcial ou total.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecendo o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

5.1.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata depende de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

5.1.2 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice **IPCA/IBGE**, tendo por termo inicial a **data do orçamento estimado 22/10/2025** e desde que decorrido **1 (um) ano** desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 70 de 85)

5.1.2.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado. Vencido este prazo, o reajuste terá como termo inicial a data da sua solicitação.

5.1.2.2 O transcurso do período citado no item 5.1.2 sem o requerimento do fornecedor implica na concessão do reajuste apurada por procedimento próprio.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR E DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da comunicação.

6.3 O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

6.5 Do remanejamento de saldo entre órgãos ou entidades participantes da ata de registro de preços

6.5.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados na presente Ata poderão ser remanejadas entre os órgãos ou entidades participantes, nos termos do art. 307-A do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

6.5.2 O remanejamento será realizado exclusivamente entre órgãos ou entidades participantes, considerando-se participante também o órgão ou entidade gerenciadora que tenha estimado as quantidades que pretende contratar.

6.5.3 O remanejamento dependerá de :

I) solicitação formal do órgão ou entidade interessada;

II) autorização do órgão ou entidade gerenciadora;

III) anuência prévia da autoridade competente do órgão ou entidade que sofrerá a redução de quantitativos inicialmente informados.

6.5.4 Caso o remanejamento implique alteração do município de entrega ou execução, o fornecedor beneficiário deverá manifestar, no prazo fixado pela Administração, a aceitação ou recusa do fornecimento, observadas as condições originais da Ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto n.º 10.086, de 2022.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 71 de 85)

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS e publicação do resumo no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:

9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da comunicação;

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

9.1.3. manter as condições de de habilitação;

9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

10. Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

10.1. tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

10.2. emitir a ordem de compra no Sistema GMS, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

10.3. verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

10.4 zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;

10.5 registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema GMS eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

10.6 providenciar as publicações no Portal Nacional de contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Estado do Paraná e do órgãos ou entidade demandante, quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES

Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto nos arts. 314 e 316 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme o previsto no § 4.º do art. 298 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba – Estado do Paraná.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 72 de 85)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE

14.1 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal da internet www.comprasparaná.pr.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Certificado de Autorização de Funcionamento

O Pregão Eletrônico nº **1954/2025** é realizado pelo Pregoeiro(a) **Iliane da Aparecida Ribeiro**, designado na Resolução n.º **1275/2025**, publicado no DIOE Executivo edição n.º **11951** de **25/07/2025**.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

**[SERVIDOR RESPONSÁVEL DO
ÓRGÃO GERENCIADOR]**

Iliane da Aparecida Ribeiro
Pregoeiro(a)



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 73 de 85)

FORNECEDORES

LOTE/ Item	CLASSIFICAÇÃO	RAZÃO SOCIAL	REPRESENTANTE LEGAL
01	1.º		
02	1.º		
03	1.º		



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 74 de 85)

Anexo da Ata de Registro de Preços
Cadastro de Reserva

PROCESSO LICITATÓRIO PE 1954/2025

PROTOCOLO 24.320.008-3

FORNECEDOR			
CNPJ - NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	xxxx	
X	R\$ xx,xx	xxxx	

FORNECEDOR			
CNPJ – NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	xxxx	
X	R\$ xx,xx	xxxx	



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo n.º 24.320.008-3

Pregão Eletrônico n.º 1954/2025

– EDITAL (página 75 de 85)

ANEXO VIII
MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º [XXXXXXXXXX]

CONTRATANTE: O ESTADO DO PARANÁ, através do órgão da Secretaria de Estado da Saúde, com sede no(a) Rua Piquiri 170, Rebouças, Curitiba/Pr, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º [XXXXXXXXXX], neste ato representado(a) pelo(a) [CARGO E NOME DA AUTORIDADE], nomeado pelo Decreto n.º [XXXXXXXXXX], inscrito(a) no CPF sob o n.º [XXXXXXXXXX], portador da carteira de identidade n.º [XXXXXXXXXX].

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º [XXXXXXXXXX], com sede no(a) [XXXXXXXXXX], neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º [XXXXXXXXXX], portador da carteira de identidade n.º [XXXXXXXXXX], residente e domiciliado no(a) [XXXXXXXXXX], e-mail [XXXXXXXXXX] e telefone [XXXXXXXXXX].

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 1954/2025 (protocolo n.º 24.320.008-3) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

Aquisição de Ventilador Pulmonar conforme termo de referência.

Lote 1	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Ventilador Pulmonar de Alta Performance CÓDIGO GMS 6515.108010 CATMAT 427770	UNIDADE	UNITÁRIO	112	R\$	R\$

Lote 2	Descrição do objeto	Exigências complementares	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Ventilador Pulmonar CÓDIGO GMS 6515.108015 CATMAT 427770	UNIDADE	UNITÁRIO	122	R\$	R\$

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 1954/2025, objeto do processo administrativo n.º 24.320.008-3 com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º [XXXXXXXXXX], de [XXXXXXXXXX] e conforme ato de autorização nas fls. [XXXXX] deste protocolo.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

3.1 Os bens deverao ser fornecidos no Prazo de entrega do equipamento de: 120 (cento e vinte) dias, após a assinatura do contrato pela contratante conforme descrito no Termo de Referência.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 76 de 85)

3.2 Agendar a entrega no setor de Patrimônio/Almoxarifado ou com o responsável.

3.3 Forma de entrega: parcelada, conforme necessidade do órgão solicitante.

3.4 Locais de Entrega

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços **unitários** previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

4.2 O valor total do contrato é de R\$ **XXXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO)**.

4.3 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5. DO REAJUSTE.

5.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**.

5.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado 22/10/2025.

5.1.1.1 O transcurso do período citado no item 5.1.1, sem o requerimento do fornecedor, implica na concessão de reajuste apurada por procedimento próprio.

5.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

5.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

5.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

6. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

6.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

7.1 Os bens deverão ser entregues no local **(Anexo VI)**, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência **(Anexo I)**, que integra o presente contrato para todos os fins.

7.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

7.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até **10 (dez) dias** da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 77 de 85)

7.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8 FONTE DE RECURSOS:

8.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Fonte de Recursos: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Programa de Trabalho: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);

Elemento de Despesa: (preencher conforme indicado na Declaração Orçamentária);.

9.1 O contrato terá vigência de **06 (seis) meses**, contados de **/ /** a **/ /**, com possibilidade de prorrogação caso o objeto não seja concluído no prazo originalmente estabelecido.

9.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

9.1.1.1 Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 78 de 85)

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista no Art. 92, inciso XVII, da Lei Federal 14.133/2021, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.11 A CONTRATADA deverá prestar o atendimento presencial, em no máximo 03 (três) dias úteis nos casos de acionamento para realização de manutenção corretiva e preventiva;

10.1.12 A Assistência Técnica Autorizada deverá possuir estrutura adequada para execução de possíveis reparos em bancada, com registro da atividade voltada à manutenção de equipamentos eletromédicos;

10.1.13 A CONTRATANTE se reserva ao direito de auditar e/ou inspecionar o local da Assistência Técnica Autorizada, no intuito de averiguar se a mesma possui condições técnicas adequadas e qualificadas para realizar as manutenções e/ou reparos no equipamento;

10.1.14 O(s) Técnico(s) e/ou Engenheiro(s) da Assistência Técnica Autorizada designados para o atendimento da CONTRATANTE deverão apresentar registro regular e ativo no Conselho de Classe local;

10.1.15 O(s) Técnico(s) e/ou Engenheiro(s) da Assistência Técnica Autorizada designados para o atendimento da CONTRATANTE devem apresentar certificado(s) de capacitação técnica (treinamento ou cursos) de instalação, manutenção corretiva e preventiva do equipamento objeto do certame.

10.1.16 Concessão de plena garantia do Fabricante para os equipamentos, acessórios e mão de obra, contra defeitos de fabricação, a contar da data da certificação da Nota Fiscal;

10.1.17 Garantia plena total do Fabricante de 02 (dois) anos;

10.1.18 Após finalizar as entregas, deverá fornecer Certificado de Garantia do Fabricante;

10.1.19 Durante a vigência da garantia a CONTRATADA deverá incluir e/ou substituir toda e qualquer peça que se faça necessária, tais como: kit de preventiva, bateria, etc., que decorra de procedimento de manutenção preventiva, manutenção corretiva, por desgaste anormal ou por segurança, previsto no manual do fabricante, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, inclusive com mão de obra;

10.1.20 As manutenções preventivas e corretivas deverão ser realizadas apenas através de Assistência Técnica Autorizada do fabricante;

10.1.21 As manutenções preventivas no equipamento e acessórios deverão ser realizadas com periodicidade não superior ao previsto no manual do fabricante, sem qualquer ônus à CONTRATANTE;

10.1.22 Na realização das manutenções ou instalações, todos os custos de deslocamento (frete, seguro, impostos, entre outros) de equipamentos, acessórios, peças e mão de obra, deverão correr por conta exclusiva da CONTRATADA;

10.1.23 Nos casos de manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá comparecer no local da CONTRATANTE em até 03 (três) dias úteis (a contar da data da abertura do chamado), devendo solucionar o problema em até 02 (dois) dias úteis (a contar da data da visita técnica), quando não houver necessidade de substituição de peças;

10.1.24 Se durante a manutenção corretiva ou preventiva for constatada a necessidade de substituição de peças, a CONTRATADA deverá solucionar o problema em até 10 (dez) dias úteis (a contar da data da visita técnica);

10.1.25 Caso a CONTRATADA não venha atender ao prazo definido no item anterior, a mesma deverá fornecer e instalar equipamento de backup igual ou similar original até a solução definitiva do problema;

10.1.26 No momento da entrega do equipamento a CONTRATADA deverá agendar com o Fiscal do Contrato, a manutenção preventiva ou substituição de peças definidas no manual do fabricante dentro do período de garantia.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 79 de 85)

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 Para a **SESA** as notas fiscais devem ser emitidas em nome do **Fundo Estadual de Saúde**, CNPJ: 08.597.121/0001-74, Rua Piquiri 170, Rebouças, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.4.1 Para as vendas a serem realizadas para **FUNEAS**, as notas fiscais devem ser emitidas em nome da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, CNPJ 24.039.073/0001-55, Rua do Rosário, 144, 10º andar, Curitiba/PR, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.4.2 Para as vendas a serem realizadas pelo **HPM**, as notas fiscais poderão ser emitidas em nome da Secretaria de Estado da Segurança Pública, CNPJ 76.416.932/0001/8, ou pelo Fundo Especial Secretaria de Estado da Segurança Pública, CNPJ 14.869.229/0001-71, constando número da licitação, lote/item e



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 80 de 85)

validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque. Solicitamos que antes de gerar nota fiscal entrar em contato com o Setor de Compras, pelo telefone (41) 3218-3544.

11.4.3 Para as vendas a serem realizadas pela **UEM**, as notas fiscais devem ser emitidas em nome da Universidade Estadual de Maringá, CNPJ 79.151.312/0001-56 ou pelo Fundo Estadual de Saúde, CNPJ 08.597.121/0001-74, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque. Solicitamos que antes de gerar nota fiscal entrar em contato com o Setor de Compras, pelo telefone (44) 3011-9197.

11.4.5 Para as vendas a serem realizadas pelo **DEPPEN-CMP**, as notas fiscais devem ser emitidas em nome da Secretaria de Estado da Segurança Pública, CNPJ 76.416.932/0001-81, Avenida Ivone Pimentel, s/n CEP: 83.320-0000, Pinhais/PR, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não se faz necessário, neste caso concreto, pois se trata de aquisição de bens e que seu pagamento só será realizado após a efetivação da entrega, não correndo, assim, qualquer risco à administração de não execução contratual.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

13.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 24 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao fim do prazo da garantia legal.

13.2 Considerando que se trata de equipamentos eletromédicos de alta complexidade, elevado custo e uso contínuo e intensivo, aplicados em pacientes em estado crítico nas Unidades de Terapia Intensiva, justifica-se a exigência de garantia estendida de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses. Tal medida visa assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos durante sua fase inicial de operação, período em que eventuais falhas podem comprometer diretamente a assistência prestada e a segurança do paciente. Além disso, a extensão da garantia representa uma estratégia de mitigação de riscos operacionais e financeiros, ao assegurar cobertura técnica e de peças de reposição durante o ciclo de amortização do investimento público, promovendo a economicidade, previsibilidade orçamentária e continuidade dos serviços hospitalares essenciais.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 81 de 85)

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

14.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

14.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

14.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

14.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

14.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

14.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

14.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

14.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

14.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

15. CASOS DE EXTINÇÃO:

15.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

15.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

15.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

15.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

15.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 82 de 85)

16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

16.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

16.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

16.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

16.4 Não será admitida a subcontratação do fornecimento.”

16.5 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a **prorrogação** motivada por igual período

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

17.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis ao próprio fornecimento de bens por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

17.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados no fornecimento dos BENS especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

17.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

17.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

17.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

17.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

17.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 83 de 85)

17.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

17.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

17.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

17.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeita aos mesmos limites impostos ao contratado.

17.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

17.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

18.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

18.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico nº **1954/2025**

– EDITAL (página 84 de 85)

18.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo n° **24.320.008-3**

Pregão Eletrônico n° **1954/2025**

– EDITAL (página 85 de 85)

ANEXO IX
DECLARAÇÃO LGPD

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1.** aqueles inerentes a documentos de identificação;
 - 1.2.** referentes a participações societárias;
 - 1.3.** informações inseridas em contratos sociais;
 - 1.4.** endereços físicos e eletrônicos;
 - 1.5.** estado civil;
 - 1.6.** eventuais informações sobre cônjuges;
 - 1.7.** relações de parentesco;
 - 1.8.** número de telefone;
 - 1.9.** sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
 - 1.10.** informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.
- 2.** Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.
- 3.** O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal